



Relatório de Gestão 2021

Évora, 28 de abril de 2022



MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em 2021, a Gesamb atingiu a marca dos dezoito anos de existência, mas num ano em que se mantiveram as restrições e perturbações que a pandemia COVID 19 nos trouxe não foi possível assinalar a data como merecíamos. Contudo soubemos adaptarmo-nos rápida e continuamente de forma a manter, dentro dos moldes possíveis e seguros, a prestação, com qualidade, de um serviço público essencial à região, como é a recolha e valorização de resíduos urbanos. A segurança dos nossos colaboradores(as) e da população está sempre em primeiro lugar.

Aos constrangimentos trazidos diretamente pela pandemia COVID 19, somaram-se, ao longo do ano, dificuldades generalizadas em fazer cumprir contratos de fornecimento de bens e prestação de serviços e o aumento dos seus preços e prazos de entrega.

Enfrentamos igualmente dificuldades acrescidas na contratação de pessoal qualificado e não qualificado só ultrapassadas porque continuamos a contar com a resiliência e empenho das nossas equipas. Também por isso, em 2021, quisemos reforçar a sua formação e ouvir as suas opiniões, críticas e expectativas de forma a promover a sua satisfação e criar valor dentro e fora da Gesamb.

Apesar das dificuldades, nunca paramos e conseguimos, durante o ano 2021, finalizar e colocar no terreno projetos emblemáticos. Assim, terminámos a instalação e operacionalização de uma ferramenta de gestão para as recolhas dedicadas que nos permite monitorizar, em tempo real, circuitos e equipamentos, iniciámos a itinerância da Unidade Especial de Recolha de Resíduos Perigosos (UER2P) que logrou uma surpreendente adesão desde o primeiro dia da sua abertura e arrancámos com a 3ª edição do projeto Re-Planta!, e a sua envolvente campanha: Missão Cascas Solidárias - Compostagem doméstica e comunitária, que não deixou ninguém indiferente.

Esperávamos que 2021 trouxesse finalmente à luz o próximo plano estratégico para o sector que tantos desafios enfrenta e tão pouco apoio e reconhecimento recolhe. Um bom exemplo disso foi a duplicação do valor da Taxa de Gestão de Resíduos de 11€/ton para 22€/ton sem que fosse ainda possível compreender o racional justificativo ou como é que este aumento irá ajudar ao cumprimento das novas metas e alavancar a mudança preconizada no novo Regime Geral da Gestão de Resíduos (Decreto-lei n.º 102-D/2020), publicado a 10 de dezembro de 2020.

Em termos operacionais, relativamente às quantidades recebidas, 2021 regista um aumento muito ligeiro das quantidades totais (+0,3%), assim como fração de resíduos indiferenciados (+0,2%). No entanto, assinalámos mais um ano de forte aumento da fração de resíduos volumosos (+42,8%), situação que mantemos em vigilância e para a qual precisamos da ativa colaboração dos municípios para melhorar.

Em relação à recolha seletiva, verificou-se um aumento das quantidades recolhida em todas as frações, papel, embalagens de plástico, metal e vidro, confirmando a trajetória de subida dos últimos seis anos, atingindo os 51,2kg/hab.ano um aumento de 1,3kg.

Os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança na Gesamb.

O Conselho de Administração da Gesamb

ÍNDICE

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	2
MISSÃO.....	4
VISÃO.....	4
VALORES.....	4
COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃO SOCIAIS.....	5
ORGANIZAÇÃO DA EMPRESA.....	5
INFRA ESTRUTURAS	6
FROTA	6
CERTIFICAÇÃO.....	7
ATIVIDADE DA EMPRESA.....	8
RECEÇÃO DE RESÍDUOS.....	8
TOTAIS RECECIONADOS POR TIPO DE RESÍDUO.....	8
RECOLHA INDIFERENCIADA.....	10
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE RESÍDUOS DE EMBALAGENS - SIGRE	11
MATERIAL ENVIADO PARA RECICLAGEM	12
DEPOSIÇÃO EM ATERRO	14
PLANO DE AÇÃO.....	14
COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	16
GESTÃO DE PESSOAS.....	17
REPARTIÇÃO DO EFETIVO	17
NÍVEL ETÁRIO.....	18
NÍVEIS HABILITACIONAIS.....	18
FORMAÇÃO	19
TAXA DE ABSENTISMO	19
SAÚDE, HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO	19
RESULTADOS	20
RESULTADOS DO EXERCÍCIO, BALANÇO FUNCIONAL E EQUILÍBRIO FINANCEIRO	22
DESEMPENHO ECONÓMICO E PRINCIPAIS INDICADORES	26
RESULTADOS DO EXERCÍCIO E CONTROLO ORÇAMENTAL	28
POLÍTICA DE PREÇOS.....	30
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS.....	31
EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS DE E A TERCEIROS.....	32
APLICAÇÃO DE RESULTADOS	33
OUTROS	33
EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA SOCIEDADE.....	33
FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS TERMO EXERCÍCIO.....	37
ANEXO I PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO	38
ANEXO II PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA – 2021	39

APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

A Gesamb - Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM, desenvolve a sua atividade desde 2004, sendo responsável pela gestão integrada dos resíduos urbanos (RU) produzidos nos municípios de Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Vila Viçosa.

A Gesamb é uma empresa intermunicipal de capitais maioritariamente públicos:

- 600.000 Euros, pela CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, adiante designada CIMAC, integralmente realizado.
- 400.000 Euros, pela Biosmart - Soluções Ambientais, S.A, integralmente realizado

Nas suas instalações em Évora são tratadas anualmente 90 mil toneladas de RU, produzidas pelos cerca de 144 mil habitantes da sua área de intervenção (6.500 km²).

Figura 1 – Municípios da área de abrangência da Gesamb



MISSÃO

Assegurar a gestão integrada do Sistema Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos do Distrito de Évora, utilizando as técnicas mais seguras e ambientalmente adequadas, tendo sempre em consideração os princípios da sustentabilidade e aplicação da legislação e recomendações nacionais e internacionais em vigor para o setor dos resíduos.

VISÃO

Ser reconhecida como uma organização de referência pela ecoeficiência do seu desempenho e promoção da sustentabilidade ambiental e social.

VALORES

Integridade e Ética

Atuar com retidão de acordo com os mais elevados padrões éticos

Espírito de Equipa

Porque o todo é mais do que a soma das partes

Ambição e Compromisso

Fazer dos nossos valores a nossa estratégia de negócio

Transparência e Rígor

Encarar com seriedade tudo aquilo que fazemos

Empenho e Excelência

Traçar um caminho ambicioso em direção à excelência e reconhecimento

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃO SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

Formada pelos representantes dos detentores do capital estatutário

CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central

Biosmart - Soluções Ambientais, S.A

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eleito na Assembleia Geral de 21 de novembro de 2021

Presidente: Sílvia Cristina Tirapicos, CIMAC

Vogais: João Paulo Mengas da Silva Afonso, Biosmart

Inácio José Ludovico Esperança, CIMAC

FISCAL ÚNICO

Rosário, Graça & Associados, SROC, Lda,

representada por Andreia Isabel Inácio Teles, ROC n.º1503, CMVM n.º

20161113

ORGANIZAÇÃO DA EMPRESA

A estrutura funcional da empresa, aprovada pelo Conselho de Administração em janeiro de 2020, é apresentada no organigrama seguinte.

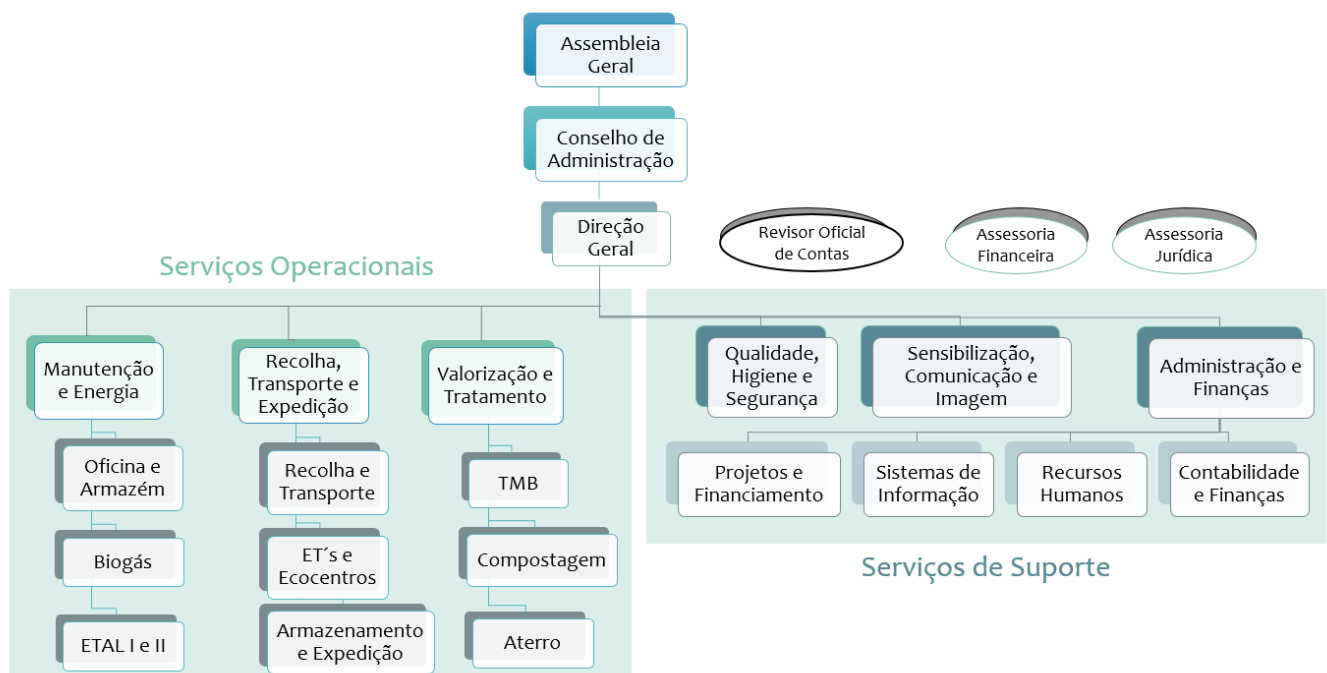


Figura 2 – Organigrama da Gesamb

INFRA ESTRUTURAS

Para assegurar a receção, tratamento e valorização dos resíduos recolhidos e recebidos a Gesamb dispõe de um conjunto de infraestruturas: seis Ecocentros, quatro Estações de Transferência (ET), um Centro de Triagem para embalagens de vidro, plástico, metal e papel/cartão, uma Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico, uma Unidade de Valorização de Biorresíduos, um Centro de Valorização de Resíduos Construção e Demolição (RCD's), uma Unidade de Valorização de Biogás e duas Estações de Tratamento de Águas Lixiviantes (ETAL).



Figura 3 – Infraestruturas que integram a Gesamb

FROTA

Para assegurar o transporte dos resíduos urbanos (RU) indiferenciados rececionados nas quatro ET, a Gesamb dispõe de 6 viaturas, 10 semirreboques e 3 contentores fechados (um compactador estático em Mora). As 2 viaturas de 4 eixos e compactadores estáticos estão afetadas à ET de Mora que possui características técnicas diferentes das restantes, para adaptação ao nível dos quantitativos rececionados (o compactador estático opera com 3 contentores fechados). As restantes 4 viaturas asseguram o transporte das outras 3 ET onde são mantidos pisos móveis que asseguram a disponibilidade de capacidade de receção. Em termos de recursos humanos, estão afetados 4 motoristas ao transporte de RU indiferenciados.



Figura 4 – Frota de Transporte de RU

Para assegurar a recolha seletiva nos ecocentros, ecopontos e recolha dedicadas a Gesamb possui 13 viaturas. Para acondicionamento dos resíduos estão disponíveis 18 auto compactadores e cerca de 135 contentores. Estão afetados 12 motoristas e 5 ajudantes para a recolha de resíduos nos ecocentros, dedicadas e ecopontos.



Figura 5 – Frota de RS

No âmbito de candidatura apresentada ao Fundo Ambiental, a Gesamb adquiriu três viaturas 100% elétricas, duas viaturas ligeiras de passageiros e uma viatura ligeira de mercadorias. A viatura ligeira de mercadorias elétrica foi cedida à Junta de Freguesia de Monsaraz para a implementação de um circuito de recolha seletiva de recicláveis porta-a-porta.

No âmbito de candidaturas ao PO SEUR, foram adquiridas 10 viaturas ligeiras de mercadorias de 3.500 kg para a recolha de resíduos biodegradáveis e resíduos de embalagens. Em parceria com os municípios de Alandroal, Borba, Estremoz, Mora, Mourão, Redondo, Reguengos de Monsaraz e Vendas Novas foram implementados circuitos de recolha dedicada. A Gesamb estabeleceu igualmente uma parceria com o Município de Évora para avançar com um projeto piloto de recolha seletiva de resíduos biodegradáveis em grandes produtores do setor não residencial no concelho de Évora.

Em 2020, no âmbito de duas candidaturas ao PO SEUR, a Gesamb adquiriu 3 viaturas, uma viatura pesada para a recolha seletiva e, 2 viaturas ligeiras de mercadorias em parceria com os Municípios de Alandroal (viatura de 3.500kg para recolha de volumosos) e Évora (viatura 100% elétrica para recolha seletiva de resíduos biodegradáveis).

CERTIFICAÇÃO

Em 2011 a Gesamb iniciou o processo de implementação de um Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança, tendo ficado concluído no final de 2015, nesta data foi iniciado o procedimento para contratação de serviços de auditoria para emissão da certificação.

Durante o 2º trimestre de 2016 foi realizada auditoria para concessão da certificação, pela empresa EIC – Empresa Internacional de Certificação, sendo que no final de 2016 foi atribuída certificação segundo os normativos de qualidade, NP EN ISO 9001, e ambiente, NP EN ISO 14001, para todas as atividades da Gesamb (desde a receção, recolha, transporte, acondicionamento, armazenamento temporário, triagem até à valorização orgânica e deposição final de resíduos urbanos).

Em 2017, foi realizada a Auditoria de 1º Acompanhamento, pela empresa EIC, tendo sido aceites todas as ações corretivas propostas pela Gesamb, ficando assim reunidas todas as condições referentes aos Certificados n.º E – 3903 e A-0464.

Em 2018, a Gesamb rececionou novos certificados referente à transição para as novas normas da Qualidade (ISO 9001:2015) e Ambiente (ISO 14001:2015).

Em 2019 foi efetuada a Auditoria de Renovação, tendo sido incluída a atividade de comercialização de corretivo orgânico nos novos certificados emitidos (E-5087 e A-0697) pela empresa EIC.

Após concluído o ciclo de três anos, desde a primeira auditoria (2017), no ano de 2020, foi realizada novamente a Auditoria de 1º Acompanhamento, pela empresa EIC, tendo sido aceites todas as ações corretivas propostas pela Gesamb, ficando assim reunidas todas as condições referentes aos Certificados n.º E – 5087 e A-0697.

Em 2021, após a realização da auditoria de 2.ª Acompanhamento, a Gesamb, manteve a certificação das normas de Qualidade e Ambiente.



Figura 6 – Logotipos certificação

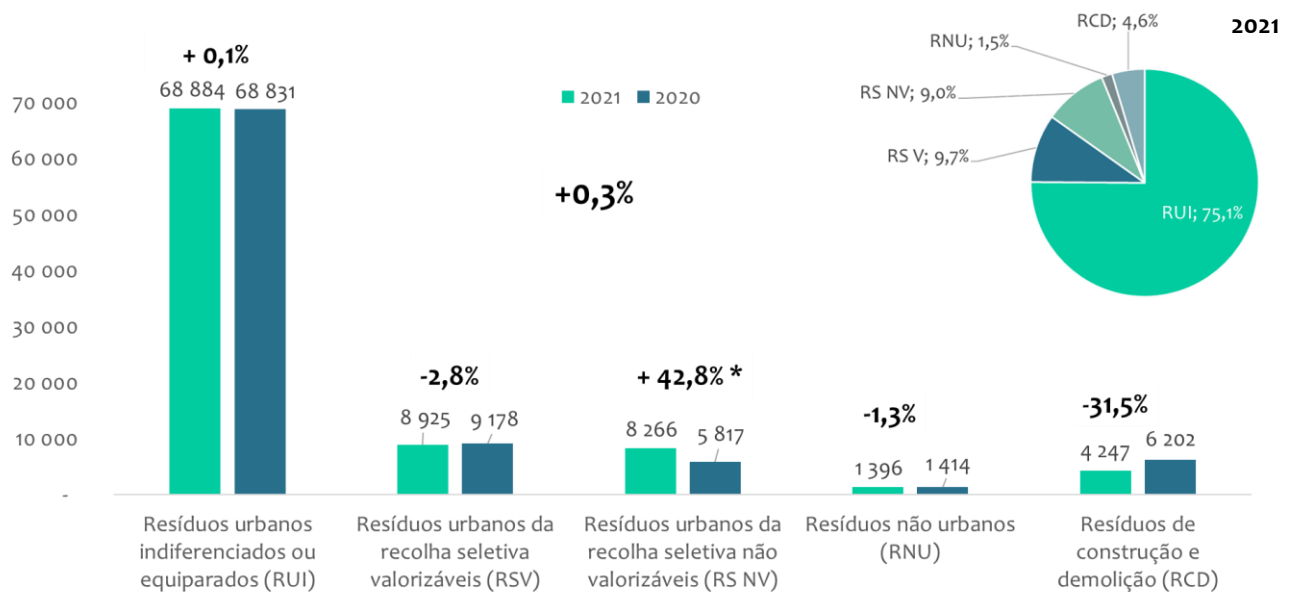
ATIVIDADE DA EMPRESA

RECEÇÃO DE RESÍDUOS

TOTAIS RECECIONADOS POR TIPO DE RESÍDUO

Foram rececionadas um total de **91 717 ton** de resíduos em 2021, mais 275 ton (0,30%) do que em 2020. Destas 89% são resíduos urbanos e o restante resíduos não urbanos incluindo os resíduos de construção e demolição (11% do total).

Gráfico 1 – Total de resíduos recebido (ton.), evolução 2021 e 2020



Os resíduos urbanos (RU) são resíduos provenientes de habitações, bem como outros resíduos que, pela sua natureza ou composição, sejam semelhantes aos resíduos provenientes de habitações. São considerados resíduos urbanos os resíduos produzidos:

- pelos agregados familiares (resíduos domésticos)
- por pequenos produtores de resíduos semelhantes (produção diária inferior a 1.100 l)
- por grandes produtores de resíduos semelhantes (produção diária igual ou superior a 1.100 l)

Consideram-se assim resíduos urbanos os resíduos urbanos e equiparados (resíduos domésticos, do comércio, indústria e serviços), incluindo as frações recolhidas seletivamente. Podem também ser classificados como resíduos urbanos os resíduos de embalagens (incluindo resíduos urbanos e equiparados de embalagens, recolhidos separadamente), desde que sejam provenientes dos agregados familiares (resíduos domésticos) ou semelhantes a estes, provenientes dos sectores dos serviços, indústria ou estabelecimentos comerciais.

São considerados resíduos não urbanos os que não têm enquadramento nos resíduos urbanos, ou seja, pneus, óleos minerais usados, os resíduos de construção e demolição, as lamas de depuração de águas residuais domésticas e a mistura de plásticos.

Relativamente aos resíduos urbanos estava previsto no Orçamento e Plano Económico e Financeiro da Gesamb para 2021 receber um total anual de 83 017 toneladas, verificando-se que a quantidade recebida corresponde a 110 % dessa previsão, mais 8 700 toneladas do que o previsto.

Verificaram-se os seguintes aumentos nas entradas de resíduos urbanos:

- Volumosos (monstros não ferrosos), mais 2 452 toneladas (+42,8%);
- Resíduos urbanos indiferenciados, mais 120 toneladas (+0,18%).
- Papel/cartão, mais 100 toneladas (+3,1%);
- Embalagens de plástico e metal, mais 52 toneladas (+3,2%);
- Embalagens de madeira, mais 50 toneladas (+38,4%);
- Embalagens de vidro, mais 31 toneladas (+1,4%);
- Monstros ferrosos, mais 30 toneladas (+87,6%).

O aumento verificado nos monstros não ferrosos é explicado pela implementação de um controlo da qualidade dos resíduos verdes mais rigorosa com vista à sua valorização na Unidade de Compostagem de Verdes, tendo nesse processo sido identificadas cargas não conformes, e como tal classificados como monstros não ferrosos. Isto explica a diminuição registada no total de resíduos urbanos valorizáveis, para além de se continuar a verificar a tendência dos últimos anos, com o aumento de monstros não ferrosos.

Em 2021 e quando comparado com 2020, em relação ao papel/cartão, plástico/metal e vidro, houve uma quebra no ritmo de crescimento.

Em sentido inverso, verificou-se uma redução na entrada dos seguintes resíduos (urbanos e não urbanos):

- Resíduos de construção e demolição, menos 1 955 toneladas (-31,5%);
- Resíduos verdes, menos 398 toneladas (-23,2%), pelo motivo atrás exposto;

Quadro 1 – Resíduos recebidos, toneladas

Resíduo (ton.)	Natureza Resíduo	2021	2020	Var. 21/20 %	Var. 21/20 ton.	Peso %
Resíduos urbanos indiferenciados	RURI	68 558	68 437	0,18%	120,28	74,75%
Resíduos de cozinhas e cantinas	RURSV	39	25	100,00%	13,60	0,04%
Resíduos da limpeza de ruas	RURI	326	369	-11,69%	-43,12	0,36%
Roupas e têxteis	RURSNV	8	4	104,89%	3,86	0,01%
Monstros não ferrosos	RURSNV	8 183	5 731	42,79%	2 452,48	8,92%
Monstros não ferrosos - rótulos/fitas	RURSNV	75	83	-9,21%	-7,62	0,08%
Resíduos verdes	RURSV	1 321	1 719	-23,17%	-398,31	1,44%
Embalagens de vidro	RURSV	2 238	2 206	1,42%	31,34	2,44%
Embalagens de madeira	RURSV	181	130	38,40%	50,10	0,20%
Papel/cartão	RURSV	3 304	3 203	3,14%	100,48	3,60%
Embalagens de plástico e metal	RURSV	1 701	1 649	3,17%	52,27	1,86%
Monstros ferrosos	RURSV	64	34	87,64%	29,92	0,07%
Equipamento elétrico	RURSV	46	202	-77,01%	-155,30	0,05%
Pilhas/acumuladores	RURSV	0	4	-95,73%	-4,04	0,00%
Óleos alimentares usados	RURSV	873	689	26,64%	183,58	0,95%
Pneus	RNU	68	220	-69,21%	-151,98	0,07%
Mistura de plásticos	RNU	453	503	-9,99%	-50,28	0,49%
Lamas de depu. de águas resíduos domést.	RNU	4 247	6 202	-31,52%	-1 954,63	4,63%
Óleos minerais usados	RNU	3	2	48,33%	0,99	0,00%
Resíduos de construção e demolição (RCD)	RNURCD	31	30	0,74%	0,22	0,03%
Resíduos Perigosos (UER2P)		1	0	100,00%	0,90	0,00%
Total Rececionado		91 717	91 442	0,30%	274,74	100,00%

RECOLHA INDIFERENCIADA

A Gesamb realiza anualmente caracterizações à fração indiferenciada de resíduos mediante o processamento de 21 amostras nos termos da Portaria n.º 851/2009, de 7 de agosto, sendo que os resultados médios são os que se encontram representados no gráfico ao lado.

Naturalmente as frações mais significativas são os biorresíduos, com 31,84 % aos quais devemos juntar os finos, 7,82%, que representam 40% do total, seguido dos plásticos, com 13,43 % e do papel/cartão, 12,84%.

De referir que, ao longo dos últimos 6 anos, as proporções das várias frações têm-se mantido relativamente estáveis.

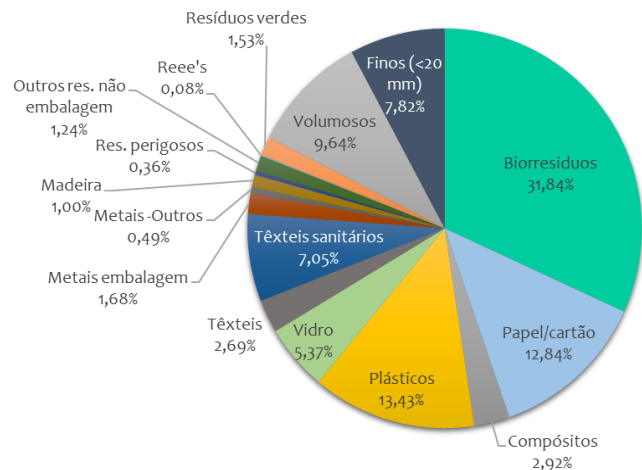


Gráfico 2 – Caracterização dos Resíduos Urbanos Indiferenciados

QUANTIDADES POR MUNICÍPIO

Em 2021 foi rececionado um total de 67 905 toneladas de RU indiferenciado recolhidos pelos 12 municípios que integram a área de intervenção da Gesamb, +0,44% que em 2020. Apesar deste ténue aumento verificou-se que em 7 dos 12 municípios se registou uma redução, as mais significativas foram nos Municípios de Mora (-2,10%) e Mourão (-1,21%), em contrapartida os aumentos mais significativos verificaram-se nos Municípios de Reguengos de Monsaraz (+2,66%) e Estremoz (+1,26%).

O gráfico 3 mostra o peso do total dos quantitativos de RU indiferenciados recebidos em 2021 de cada um dos municípios que integram a Gesamb.

Nestes destaca-se claramente o município de Évora com um peso de 38,69% do total, seguindo-se Montemor-o-Novo, com um peso de 10,78%. O município com menor peso é o de Mourão com 1,64% seguido de Mora e Alandroal com 3,11% e 3,29% respetivamente.

Em 2021, a capitação (kg de RU indiferenciados produzido por habitante/ano, por município), foi calculada com base no número de habitantes dos resultados provisórios dos Censos 2021 e registou um valor médio de **480 kg/habitante/ano**. Comparativamente a 2020 verifica-se um aumento de 2,12 kg/habitante/ano. Para comparação com o ano anterior foi também utilizada a população média residente anual de 141.368 habitantes (Censos 2021).

Quadro 2 - RUI recebidos dos 12 municípios

Município	Total (ton)	Varição 21/20
Alandroal	2 236,62	0,88%
Arraiolos	3 029,65	-0,91%
Borba	2 916,44	-0,27%
Estremoz	5 857,88	1,26%
Évora	26 270,00	0,79%
Montemor-o-Novo	7 322,32	-0,93%
Mora	2 111,66	-2,10%
Mourão	1 111,40	-1,21%
Redondo	3 093,92	-0,20%
Reguengos de Monsaraz	5 618,92	2,66%
Vendas Novas	5 005,20	-0,08%
Vila Viçosa	3 331,00	0,90%
Total	67 905,01	0,44%

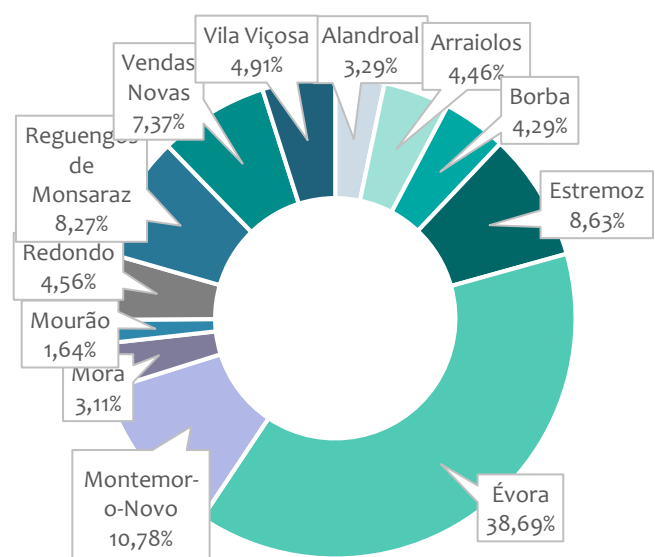


Gráfico 3 – Origem dos RU Recebidos

SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE RESÍDUOS DE EMBALAGENS - SIGRE

O Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens (SIGRE) regula o fluxo das embalagens e resíduos de embalagens e tem por base o princípio da responsabilidade alargada do produtor, sendo atribuída ao responsável pela primeira colocação no mercado nacional dos produtos embalados, que se considera o embalador e/ou importador e, no caso das embalagens de serviço, o fornecedor e/ou importador, a responsabilidade pela sua gestão quando este atinge o final de vida, podendo ser assumida a título individual ou transferida para um sistema integrado.

Os princípios e normas aplicáveis à gestão de embalagens e resíduos de embalagens em Portugal, em 2021, encontram-se estabelecidos no Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, que transpõe para a ordem jurídica nacional as diretivas n.º 94/62/CE e 2004/12/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativas a embalagens e resíduos de embalagens. Em 10 de dezembro de 2020, foi publicado o **Decreto-Lei n.º 102-D/2020**, que aprova o Regime Geral da Gestão de Resíduos (RGGR), o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro, assim como altera o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos, o chamado “Unilex”, com entrada em vigor a 1 de julho de 2021.

A aplicação das medidas e ações preconizadas na legislação portuguesa que regula a gestão do fluxo das embalagens e resíduos de embalagens concretizou-se através do licenciamento da entidade gestora Sociedade Ponto Verde, em 1997. A par da Sociedade Ponto Verde existem atualmente mais 2 entidades gestoras licenciadas em Portugal que são a Novo Verde e a Electrão (antiga Amb3E).

Os Sistemas recebem das entidades gestoras uma contrapartida financeira, definida no Despacho 14202-C/2016, para assegurar a recolha seletiva e triagem das embalagens usadas, por tipo de material, disponibilizando estes resíduos a uma das 3 entidades gestoras, que os encaminha para reciclagem.

Em 2021 e, comparativamente com 2020, verificou-se um aumento em todas as frações, mais 184 ton. no total, +2,61%. A fração vidro registou um acréscimo de +1,42%, a fração embalagens de papel/cartão +3,14% e a fração de plástico e metal +3,17%.

Este acréscimo é explicado pelo aumento das quantidades recolhidas nos ecopontos, +1,61%, recolhidas pelos municípios, +22,68%, e entregas no âmbito dos resíduos solidários, +48,69%. As implementações de circuitos de recolha dedicada, pelos municípios, junto de pequenos produtores, alcançaram resultados significativos e explicam parte da evolução em sentido inverso das entregas diretas de empresas particulares, - 28,09%.

Para uma população média anual (ano de 2021) de 141.368 habitantes, em 2021 registou-se uma capitação de resíduos de embalagem de: **51,2 kg/hab.** Comparando com o ano de 2020, verifica-se um aumento da capitação total em cerca de 1,30 kg/hab/ano (+2,54%) considerando a mesma população.

Ainda em relação à recolha seletiva, em 2021 foi verificado um aumento das quantidades e correspondente capitação nos municípios: Arraiolos, Borba, Estremoz, Mora, Redondo, Reguengos de Monsaraz e Vila Viçosa, com especial destaque para Reguengos de Monsaraz, Vila Viçosa e Arraiolos, onde se verificou um aumento (recolha ecopontos) de +30%, +15% e + 14%, respetivamente.

Verificou-se ainda uma diminuição nos municípios de Alandroal, Évora, Montemor-o-Novo, Mourão e Vendas Novas, com especial destaque para Évora e Mourão, onde se verificou uma diminuição (recolhas dedicadas) de 11% e 23%, respetivamente e no município de Vendas Novas onde se verificou uma diminuição (recolha ecopontos) de 13%.

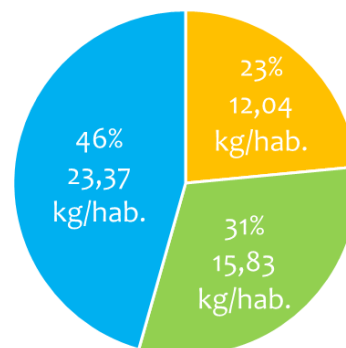


Gráfico 4 – Capitação por material

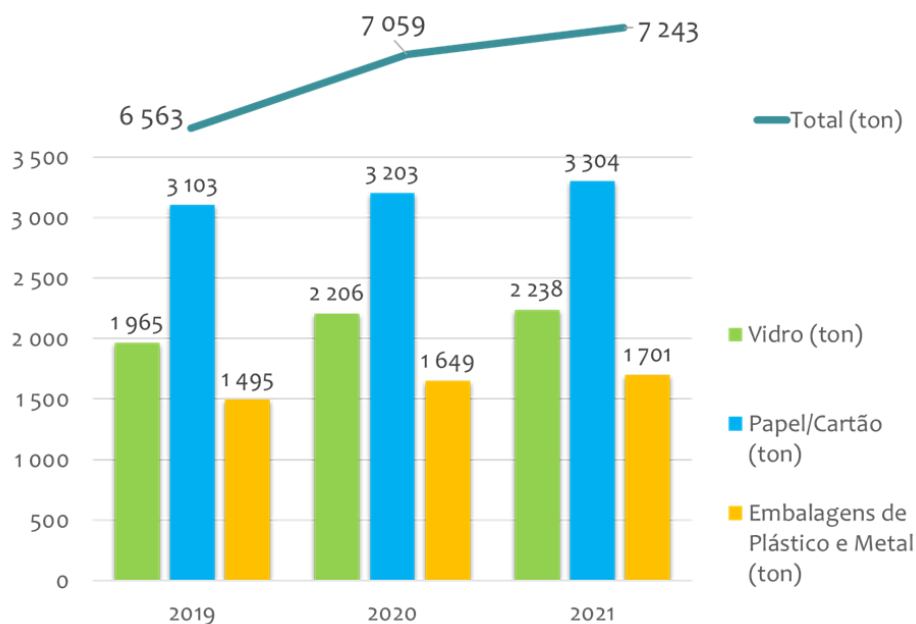


Gráfico 5 – Toneladas de Resíduos valorizáveis recolhidos e recebidos, por ano.

MATERIAL ENVIADO PARA RECICLAGEM

RECOLHA SELETIVA

Durante o ano de 2021 foram recolhidas, processadas e enviadas para reciclagem **7 994 ton**, mais **449 ton** que em 2020.

Quadro 3 – Material rececionado com potencial de valorização/ material encaminhado (ton.)

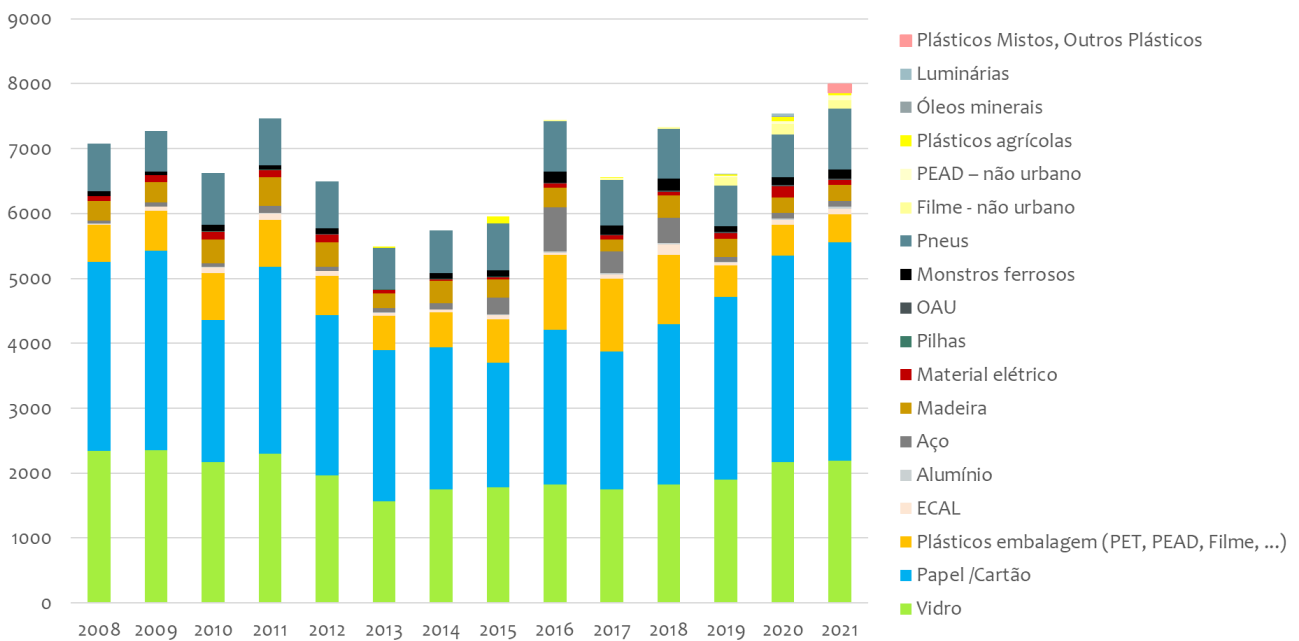
	2021	2020	Var. Ton. 21/20	Var. % 21/20
Material rececionado	8 509	8 370	139	1,7%
Material enviado para reciclagem	7 994	7 545	449	6,0%
<i>Rececionado/ Encaminhado</i>	<i>93,9%</i>	<i>90,1%</i>		

Nota: Não inclui os Resíduos de Construção e Demolição (RCD)

O processo de triagem dá origem a mais de 20 frações diferentes que são encaminhadas para diferentes recicladores, em 2021 foi retomado 93,9% do material recebido.

No âmbito do nº 8 do artigo 23º-A do Decreto-Lei nº152-D/2017, de 11 de dezembro, republicado pelo Decreto-Lei 102-D/2020, de 10 de dezembro, os resíduos de embalagens retomados através das máquinas de recolha automática, no âmbito do projeto-piloto relativo ao sistema de incentivo à devolução de embalagens de bebidas em plástico não reutilizáveis, deverão ser contabilizados na recolha seletiva da Gesamb. O valor de 2021 foi de **16,016 ton** e não estão contabilizadas no Quadro 3.

Gráfico 6 – Retoma de recicláveis da fração recolha seletiva (ton.)



A variação registada no período em análise relativamente ao mesmo período de 2020 é influenciada por variações negativas e positivas, nomeadamente:

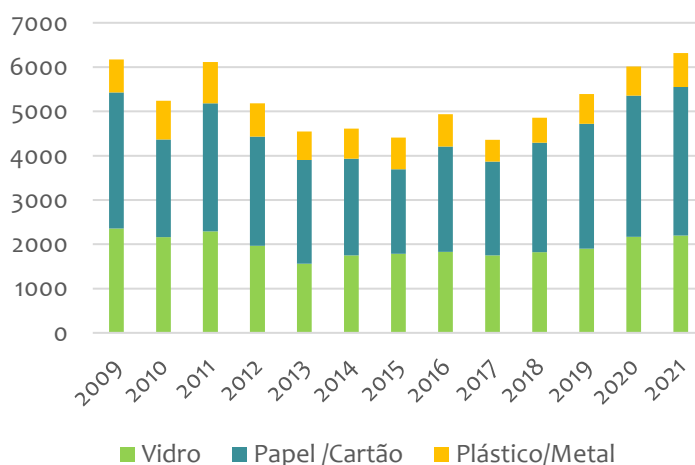
- Aumentos verificados com especial destaque para as frações: pneus (+285 ton), papel/cartão (+170 ton), plásticos mistos e outros plásticos (+116 ton), vidro (+27 ton), PEAD não urbano (+21 ton), alumínio e monstros ferrosos (+18 ton) e madeira (+14 ton);
- Reduções verificadas com especial destaque para as frações: material elétrico (-103 ton), luminárias (-52 ton), plásticos de embalagem (-34 ton), filme não urbano (-24 ton) e plásticos agrícolas (-14 ton).

O aumento das retomas deve-se essencialmente ao aumento da quantidade de pneus, papel/cartão e plásticos mistos e outros plásticos. Verifica-se, no entanto, que a taxa de refugo resultante do processamento de embalagens de plástico/metal tem vindo a aumentar, a presença de resíduos volumosos, especialmente de plástico, é um dos principais problemas, não só porque dificulta o processo de triagem, mas também prejudica a integridade dos equipamentos, resultando no incremento da quantidade de refugo e aumento de resíduos encaminhados para aterro.

Relativamente às embalagens processadas e enviadas para reciclagem, em 2021, foram retomadas 7 993 ton. comparativamente com o ano anterior foram enviadas mais 448 ton. (+5,6%).

Comparando cada uma das frações de embalagens com o ano anterior, verifica-se aumento nas três. No papel/cartão verifica-se um aumento de 170 ton, no plástico e metal mais 109 ton e no vidro um aumento de 27 ton. No plástico e metal estão a ser contabilizados os seguintes materiais: plásticos embalagem (PET, PEAD, EPS e Filme), plásticos mistos, tampinhas (outros plásticos), ECAL, aço e alumínio.

Gráfico 7 – Evolução das Retomas do SIGRE



RECOLHA INDIFERENCIADA – UTMB

Gráfico 8 – Retoma de recicláveis da fração indiferenciada (ton.)

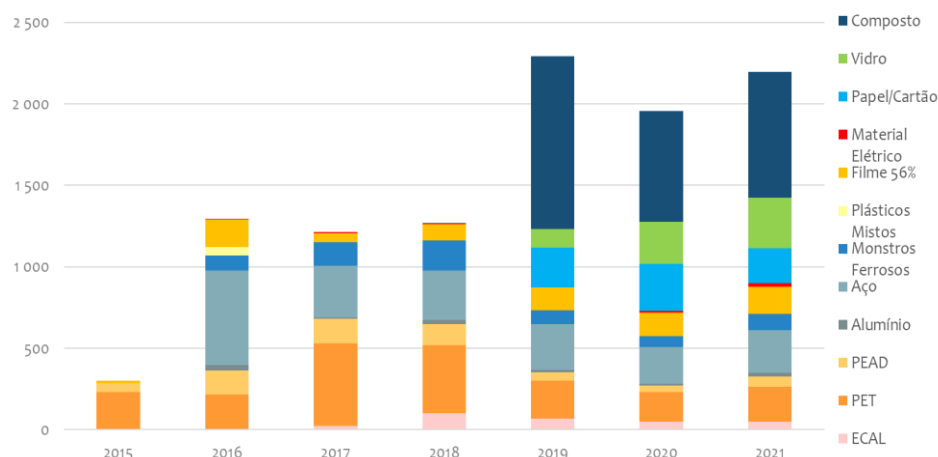
Relativamente às retomas com origem no processamento da fração indiferenciada na UTMB, foram encaminhadas as quantidades representadas no gráfico 8, por tipo de fração.

Das frações e quantidades retomadas no período em análise verifica-se um acréscimo de 242 ton relativamente ao ano

anterior. Este aumento deve-se especialmente à retoma de +94 ton de composto, +54 ton de vidro, +36 ton de aço, +34 ton monstros ferrosos, +32 ton de PET, + 22 ton PEAD, + 19 ton Filme 56%, +14 ton alumínio, +11 ton material elétrico, + 1 ton ECAL.

Em sentido contrário, a única redução verificada foi na fração do papel/cartão (-73 ton).

Em 2021 foram ainda escoadas 775 ton de composto.



DEPOSIÇÃO EM ATERRO

Comparativamente com o ano anterior verifica-se, em 2021, um aumento de 4,05% das quantidades depositadas em aterro. Este aumento está diretamente relacionado com o aumento das quantidades da fração de volumosos recebida.

Quadro 5 - Total de Resíduos rececionados pela Gesamb

Resíduo (ton.)	Ano 2021	Ano 2020	Variação 2021/2020
Urbanos e não Urbanos	91 717	91 442	0,30%
Urbanos indiferenciados	68 558	68 437	0,18%
Depositado em Aterro	55 732	51 863	7,46%
Depositado Aterro/RU indiferenciado	0,81	0,76	7,27%
Depositado Aterro/ T. Rececionado	0,61	0,57	4,05%

PLANO DE AÇÃO

Com a publicação do PERSU 2020 - Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos, através da Portaria n.º 187-A/2014, de 17 de setembro de 2014, foram estabelecidas metas individuais por SGRU, que visam o cumprimento da estratégia nacional de gestão de resíduos urbanos no período entre 2014-2020.

A Gesamb definiu o seu Plano de Ação 2020 em setembro de 2015, com um valor total de investimento de 4,3 milhões €. Este plano é constituído por ações que visavam atingir as metas atribuídas à Gesamb e referem-se à promoção da prevenção, da recolha seletiva de resíduos biodegradáveis, da recolha seletiva de resíduos embalagens e melhoria do tratamento de resíduos.

Com o fim do PERSU2020, antevia-se para 2021 a publicação do novo PERSU, o anunciado PERSU2030, que não se concretizou.

Apesar do ano de 2021 ter continuado a ser marcado pela pandemia, e por alguns constrangimentos transversais à maioria das empresas (falta de mão de obra, a anómala subida dos preços das matérias-primas, da energia e dos combustíveis) a Gesamb conseguiu dar continuidade e arrancar com praticamente todos os projetos que tinha previsto para 2021.

Em 2021 a Gesamb consolidou o projeto de inovação para implementar novos sistemas de recolha seletiva. Progredindo na otimização e análise dos circuitos da recolha seletiva atualmente existentes na área de abrangência da Gesamb, promovendo a inovação da mesma através da instalação de sensores em alguns ecopontos (projeto piloto), com objetivo de validar a monitorização em tempo real do grau de enchimento dos contentores. Foi igualmente implementado um sistema de identificação e localização de contentores associados às recolhas dedicadas de recicláveis e um software de gestão, passando assim a ser possível aceder à informação registada em tempo útil e promover a constante melhoria do serviço prestado à população e aumentar as quantidades recolhidas seletivamente.

Em fevereiro de 2020 e para concretização do projeto piloto de **recolha seletiva de resíduos biodegradáveis** (Évora+Verde POSEUR-264) em grandes produtores do setor não residencial no concelho de Évora (produção diária de RU inferior a 1.100 litros), em parceria com o município de Évora, foram disponibilizados contentores para deposição seletiva de RUB e foi implementado de um novo circuito de recolha dedicado desta fração, que é assegurado pela Câmara Municipal de Évora. Este projeto, esteve uns meses parado, devido a pandemia Covid-19, mas em 2021, foi possível retomá-lo e já foi possível perceber que recolha seletiva de biodegradáveis permitirá produzir um composto de elevada qualidade sem que isso represente um aumento significativo dos custos da recolha dos resíduos indiferenciados.

Ainda na área do tratamento dos resíduos biodegradáveis, esteve a funcionar em 2021 (construída em 2019) a Unidade de Compostagem de Verdes, esta unidade foi dimensionada para valorizar cerca de 1 250 t/ano de resíduos verdes.

Em 2021, decorreu a primeira fase do **Estudo de Caracterização e Avaliação Técnica, Económica e Social para definição do Modelo de Recolha de Biorresíduos na Gesamb** (Évora+Verde POSEUR-264 + Re-Planta POSEUR-268), com a identificação das zonas com potencial de implementação da compostagem e da recolha seletiva de biorresíduos. Os resultados obtidos devem merecer atenção como instrumento de participação entre os decisores, técnicos e restantes intervenientes nos sistemas de compostagem e de recolha seletiva de biorresíduos, de forma a estabelecer uma base analítica e crítica das potenciais soluções. Nesta fase importa apresentar, discutir e ponderar os resultados obtidos no sentido da otimização e seleção das soluções e zonas finais a intervir.

Em 2021, arrancou a 3ª edição do projeto **Re-Planta!**, com a campanha: Missão Cascas Solidárias - **Compostagem doméstica e comunitária** (Re-Planta POSEUR - 268).



Re-planta!
A Compostagem está de volta

Este projeto, pioneiro na região, tem com principal objetivo incentivar as populações locais e organizações a adotarem hábitos de reciclagem dos resíduos orgânicos que produzem, ao mesmo tempo, que contribuem para ajudar localmente quem mais precisa.

Tudo passa pela reciclagem das cascas das frutas, legumes, talos, folhas (excluindo proteína animal e óleos alimentares). Ao fazê-lo, todos os habitantes da área de abrangência da Gesamb, sem exceção, estão a contribuir para angariar apoios para ajudar crianças e adultos com deficiência e necessidades especiais. O processo é simples: à quantidade de resíduos orgânicos que os cidadãos vão passar a separar e a depositar – nos equipamentos domésticos e comunitários distribuídos e instalados, no âmbito deste projeto – será atribuído um valor que, posteriormente, irá ser convertido em apoio monetário às Instituições Públicas de Solidariedade Social (IPSS) com presença local e/ou regional.

Estas IPSS deverão ter como principal foco da sua atuação, a prestação de cuidados a pessoas com deficiência. Nesta fase, as três IPSS que foram sorteadas são a **ASCTE** - Associação Sociocultural Terapêutica de Évora, a **CerciEstremoz** - Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados e a **CerciMor** - Cooperativa para a Educação, Reabilitação, Capacitação e Inclusão de Montemor-o-Novo, CRL).

Em 2021, foram disponibilizados 206 compostores domésticos, assim como manuais de compostagem.

Em 2021 foi concluída a construção do pavilhão destinado à triagem e armazenamento de resíduos perigosos recolhidos pela Unidade Especial de Recolha de Resíduos Perigosos (UER2P) (INOV II POEUR - 185).

A UER2P é o mais recente serviço de recolha disponibilizado pela Gesamb, concebido exatamente com o propósito de recolher em segurança os resíduos que são demasiado perigosos para serem colocados no lixo comum. Estamos a falar de cosméticos, telemóveis, eletrodomésticos, lâmpadas, aerossóis, produtos de limpeza, pesticidas, tintas, vernizes, pilhas, baterias, etc. Objetos de uso quotidiano, perfeitamente seguros, mas que possuem na sua composição materiais tóxicos, inflamáveis, corrosivos e até contaminantes. Razão pela qual devem ser descartados em segurança.



O serviço gratuito disponibilizado pela UER2P estará a funcionar em regime itinerante com estadias de 5 a 21 dias por local, onde um técnico aguardará pelas visitas dos cidadãos interessados.

COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Para a Gesamb, a sensibilização ambiental e a partilha de conhecimento junto da população da sua área de intervenção são encaradas como um dos seus maiores compromissos.

Devido à pandemia Covid-19, e especialmente no 1º semestre 2021, à semelhança do que aconteceu em 2020, a concretização de ações de sensibilização e informação de contacto direto (visitas às instalações, sessões de sensibilização, workshops, etc.) foram praticamente todas canceladas, assim como as participações em feiras e eventos, a exceção foi a participação da Gesamb no Water Forum em Reguengos de Monsaraz de 3 a 6 junho 2021.



Water Forum

No 3º trimestre de 2021, a 3 de novembro, deu-se início a campanha de sensibilização e itinerância da **Unidade Especial de Recolha de Resíduos Perigosos (UER2P)** e passou pelos Municípios de Évora, Mourão e Reguengos de Monsaraz. A 1ª fase da itinerância da UER2P, contou com 21 dias, cerca de 873 visitantes e onde foi possível recolher cerca de 1 ton de resíduos (31% pequenos REEEs; 25% Pilhas e 18% lâmpadas).



Reguengos de Monsaraz

A 17 de novembro de 2021, arrancou oficialmente a campanha **Missão Cascas Solidárias – Compostagem Doméstica e Comunitária**. No ano de 2021, foi realizado o sorteio das IPSS beneficiárias, realizadas 3 ações de formação/capacitação de técnicos e operacionais dos municípios para a compostagem doméstica e comunitária, a definição dos 28 locais de instalação das ilhas comunitárias e a distribuição de 206 compostores e manuais de compostagem (142 na campanha porta-a-porta e 64 no serviço a pedido).



Com o arranque dos dois projetos: UER2P e Missão Cascas Solidárias,

quase em simultâneo, a Gesamb teve uma atenção extraordinária por parte da imprensa regional e nacional, com a presença em mais de 48 comunicações na imprensa e na televisão (RTP, CNN, TVI) em menos de dois meses.



GESTÃO DE PESSOAS

Desde 2018 está em vigor o Acordo de Empresa (Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 5, 8/2/2018) que regula as relações laborais entre a empresa e os trabalhadores(as), de forma a assegurar os direitos, os deveres e as obrigações entre as partes.

A Gesamb disponibiliza, desde 2020, um seguro de saúde, aos seus colaboradores(as) e seus familiares em condições negociadas.

No final de 2020, foi aprovado o Plano para a Igualdade a vigorar em 2021. Este Plano define os objetivos, medidas e as metas a atingir para a promoção da igualdade entre mulheres e homens, identificando os aspetos organizacionais relativamente aos quais se afigura necessário intervir e introduzir alterações, eliminando entropias potenciadores de discriminação em matéria de género e alavancando práticas facilitadoras da concertação entre a vida pessoal e familiar com a vida profissional.

Como já referido, em 2021, a Gesamb realizou, em conjunto com a Great Place do Work, um estudo para a avaliação da satisfação dos colaboradores(as) com vista a identificar, com assertividade, as melhores políticas de gestão, em particular dos recursos humanos, assim como os principais aspetos que contribuirão para elevar o nível de satisfação com as funções desempenhadas e a Gesamb. Este trabalho iniciou-se com a aplicação de um inquérito anónimo a todos os colaboradores(as) e terá continuidade num Plano de Ação a implementar nos próximos dois anos.

A Gesamb mantém um forte compromisso com a formação e desenvolvimento das competências dos seus colaboradores(as), tanto nas áreas comportamentais como técnicas, que resultou na realização, em 2021, de 67 ações de formação.

REPARTIÇÃO DO EFETIVO

Quadro 9 – Estrutura de Categorias de Grupos Profissionais

Grupo Profissional	Categoria Profissional	2021	2020	2019
Quadros de Chefia e Direção	Diretor Geral	1	1	1
	Diretor Técnico	3	3	1
Quadros Superiores e Técnicos	Técnico Superior	8	8	9
	Administrativo	6	6	5
Quadros Operacionais	Operador Especializado	28	29	28
	Operador Manobrador	10	10	7
	Operador	47	45	44
		103	102	95

No final de 2021, Gesamb contava com 103 colaboradores, mais 1 que em igual período do ano anterior e mais 8 que em 2019.

Relativamente à distribuição por categorias profissionais verifica-se que a maioria de pessoal do quadro pertence à categoria de operador (45,6%), seguindo-se-lhe a categoria de operador especializado (27,2%). Os operadores manobradores constituem 9,7% do total dos trabalhadores, os técnicos superiores e diretores técnicos 10,7% e os administrativos 5,8%.

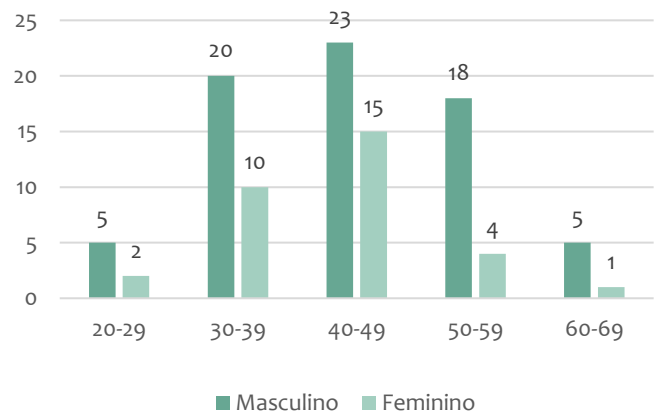
Em relação ao vínculo contratual, 93 colaboradores (90,3%) encontram-se com contrato sem termo, exatamente o mesmo valor que no final de 2020.

NÍVEL ETÁRIO

Em 2021 verificou-se um aumento de colaboradores na faixa etária dos 30-39 anos (+1,7%), na faixa etária dos 20-29 anos (+0,9%) e na faixa etária dos 40-49 anos (+0,6%). Em sentido inverso, verificou-se uma diminuição na faixa etária dos 50-59 anos (-3,2%) e da faixa etária dos 60-69 anos (-0,1%). É a faixa dos 40-49 anos a abarcar a maior parte do pessoal ao serviço com 38 pessoas (36,9%), seguido da faixa etária dos 30-39 anos com 30 pessoas (29,1%).

A média etária dos colaboradores no final de 2021 ronda os 45 anos, praticamente idêntica à registada no final do ano de 2020.

Gráfico 9 – Escalões Etários



NÍVEIS HABILITACIONAIS

No que concerne às habilitações literárias os colaboradores encontravam-se distribuídos da forma seguinte: 44,7% com diploma do ensino básico, 41,7% possuem o ensino secundário e 13,6% são titulares de formação superior.

Em relação a igual indicador de 2020, houve um ligeiro aumento dos diplomados com o ensino secundário (+1,5%).

Em 2021 continua a verificar-se que o número de homens continua superior ao número de mulheres, em todos os níveis de escolaridade.

Gráfico 10 – Habilitações Literárias

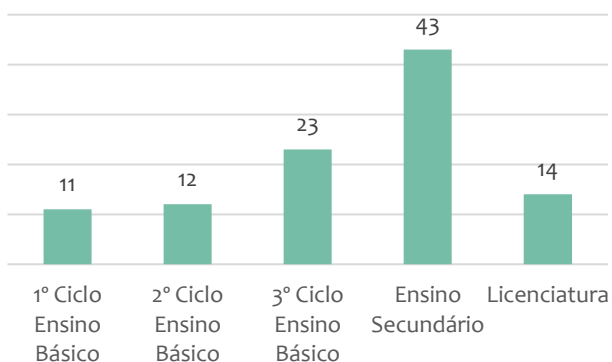
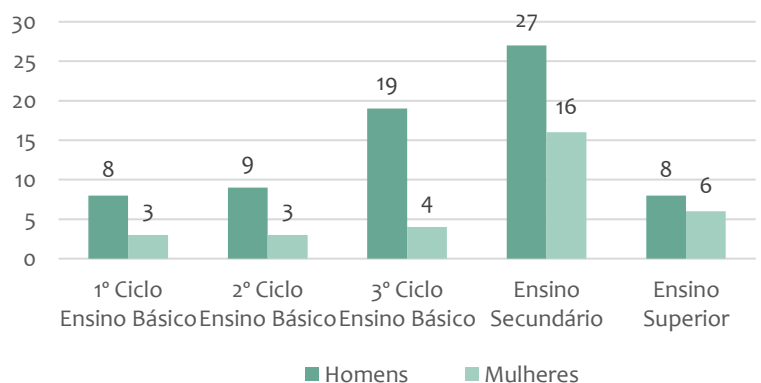


Gráfico 11 – Habilitações Literárias, por sexo

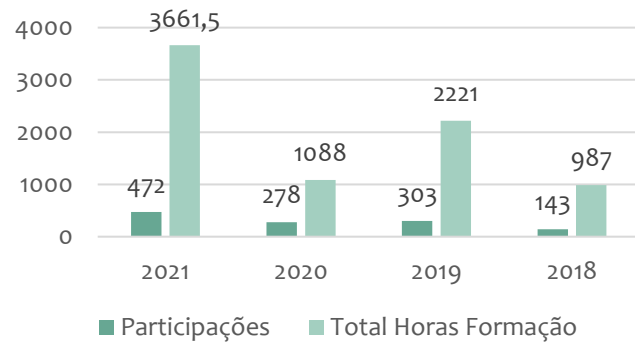


FORMAÇÃO

Durante o ano de 2021 foram realizadas 67 ações de formação, com 472 participações, perfazendo o total de 3.662 horas de formação, o que em termos percentuais significou um aumento de 68,5% de participações e um aumento de 226% de total de horas de formação.

No período homólogo de 2020, foram registadas 280 participações em 46 ações de formação, num total de 1.124 horas de formação.

Gráfico 12 – Formação

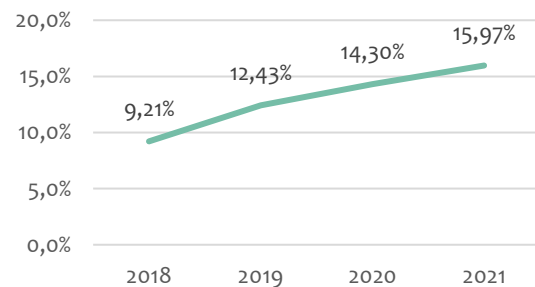


TAXA DE ABSENTISMO

No ano de 2021, devido à pandemia decorrente provocada pela COVID 19, foi registado um aumento de ausências, muitas das quais, derivadas a baixas por COVID 19 e por isolamento profilático impostas pela Direção Geral de Saúde.

Em 2021 a taxa de absentismo aumentou, em termos brutos, 1,7% relativamente a 2020, cifrando-se nos 16% a mais alta dos últimos anos.

Gráfico 13 – Taxa de Absentismo



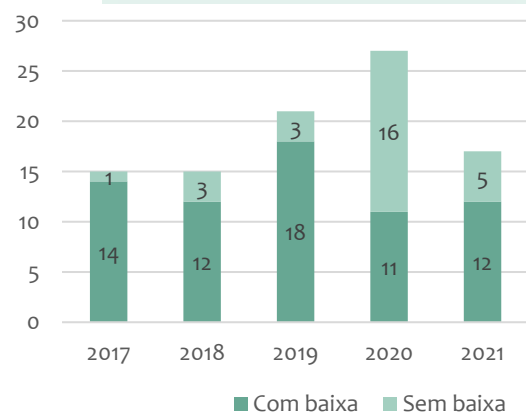
SAÚDE, HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO

A Gesamb dispõe de serviços internos de SHST e no âmbito do tema saúde e segurança no trabalho a Gesamb, de acordo com o inscrito no Manual de Gestão – Qualidade, Ambiente e Segurança, compromete-se, de uma forma integrada, a desenvolver as suas atividades, produtos e serviços de acordo com o cumprimento dos seguintes princípios, entre outros:

- Identificar, avaliar e minimizar os riscos existentes para a segurança e saúde de todos os colaboradores;
- Prevenir a ocorrência de acidentes e melhorar continuamente as condições de trabalho dos seus colaboradores.

No ano de 2021 registaram-se 17 acidentes de trabalho, tendo sido perdidos por força destes 482 dias de trabalho. O Índice de Gravidade cifrou-se em 1,62 o que de acordo com o parâmetro OIT é considerado – Médio/Aceitável.

Gráfico 14 – Evolução da sinistralidade de Acidentes de trabalho



RESULTADOS

O plano de negócios da Gesamb para o período 2019-2038 assentou num conjunto de incertezas e alterações regulamentares bem como nos ambiciosos investimentos em execução, nomeadamente a instalação da unidade de valorização de biogás, reforço da rede de ecoponto, otimização dos circuitos de recolha seletiva e o aumento da eficiência da UTMB. Por outro lado, manteve-se a incerteza quanto à entrada em funcionamento da Unidade de CDR de Évora em consequência da ausência, no momento, de mercado para a colocação do produto obtido.

Em 2019 a Gesamb iniciou o segundo período regulatório após a outorga do seu contrato de gestão delegada, tendo preparado a primeira atualização para o período regulatório referente a 2019-2038 (Orçamento 2020), levando em consideração o quadro legal, estatutário e normativo citado, compatibilizando a atividade por si exercida com todo o conjunto destas normas. Em 2020 foi preparado a segunda atualização para o período regulatório referente a 2019-2038 (Orçamento 2021).

Continuando a linha de CDR sem funcionar, face ao insucesso deste material no mercado, mas com o funcionamento pleno da UTMB ao que se deve acrescentar o numeroso conjunto de ações em curso, lançadas em 2018, 2019, 2020 e 2021, como a recolha porta-a-porta de biorresíduos e multimaterial e aquisição de sensores para ecopontos, a implementação de um sistema de recolha seletiva de resíduos perigosos, o aumento da capacidade de armazenamento de resíduos e a promoção da compostagem comunitária e doméstica.

Os resultados do período expressam bem a dinâmica de realizações, continuando a manter um relevante quadro de equilíbrio económico e financeiro da entidade.

Os resultados do período, acompanharam, então, o importante aumento de rendimentos operacionais, em 7,42%, em valor inferior ao aumento dos gastos operacionais, em que estes registaram um aumento de 8,38%.

Com efeito e, quanto aos rendimentos do período, o volume de negócios registou um crescimento de 11%, mais 636 mil €, aumento superior ao verificado em 2020 e comparativamente com 2019. Com as vendas de mercadorias a registaram um aumento de 321 mil €, mais 24,2% face ao exercício precedente, e as prestações de serviços com mais 315 mil €, mais 7,4%.

O resultado líquido do período, proporcionando uma rentabilidade líquida sobre o volume de negócios de 6,25% e uma rentabilidade aos capitais próprios de 2,98%, assegura a rentabilidade esperada pelos participantes no seu capital e a remuneração dos capitais por estes investidos, a manutenção do equilíbrio económico da exploração e a manutenção da situação financeira da Gesamb, traduzida na manutenção da sua autonomia financeira, numa diminuição do peso do seu endividamento e na manutenção de relevantes meios libertos necessários à manutenção, renovação e expansão dos capitais investidos para o cumprimento do serviço público que lhe foi confiado.

A eficiência e eficácia operacional reveladas pelas operações da Gesamb no período continuam a assegurar a sua rentabilidade num quadro de excelência do serviço público prestado, mantendo equilíbrios económicos e financeiros, revelando uma manutenção em níveis recomendados do indicador de cobertura dos gastos totais pelo rendimento totais para 108%, confirmando, no essencial, a assertividade do valor da tarifa para o exercício de 2021 em 43 €/tonelada.

O desempenho económico no exercício ficou então e uma vez mais marcado por crescimento sustentável do volume de negócios da entidade, e dos rendimentos operacionais, em montante suficiente para acomodar o esperado aumento de gastos, e ainda para proporcionar rentabilidade da entidade mantendo-se equilibrada face ao exercício precedente:

- ✓ O aumento sustentado do volume de negócio ficou a dever-se em parte à atualização do valor da tarifa, de 42,50 € para 43,00 € a tonelada RI. Por outro lado, verificou-se um ligeiro aumento na quantidade de RI rececionados (RSU indiferenciado mais roupas e têxteis) comparativamente com o ano anterior, de mais 124 toneladas, conforme justificado no capítulo dedicado aos dados operacionais;

- ✓ Para o aumento do volume de negócios contribuíram ainda os valores debitados à AMCAL, de cerca de 69 mil €, pelo processamento de resíduos indiferenciados na UTMB;
- ✓ Contribuiu também o aumento do valor de TGR debitado a terceiros, no valor de mais 290 mil €, aumento justificado essencialmente pelo aumento do valor cobrado por tonelada depositado em aterro, que a partir de 1 de julho passou para 22€/ton., valor que em 2020 e de 1 de janeiro a 30 de junho de 2021 era de 11€/ton;
- ✓ Verificou-se um acréscimo da atividade relacionada com a receção Monstros Não Ferrosos, com mais 108 mil €, mais 45%, acréscimo justificado nos capítulos dedicados ao relato dos dados operacionais;
- ✓ O aumento no valor da venda de energia em mais 24 mil €, mais 31%;
- ✓ Contribuíram, ainda, para o aumento do valor do Volume de Negócios, com significado em termos de valor absoluto, mais 321 mil € registados em vendas de mercadorias, um aumento de 24% face ao período precedente;
- ✓ Ainda quanto aos rendimentos operacionais são de destacar os mais de 34 mil € reconhecidos no período em subsídios à exploração, relacionados com o retomar da execução dos projetos relacionados essencialmente com a comunicação e sensibilização;
- ✓ O conjunto dos gastos operacionais registaram um aumento de 8,38%, mais 527 mil €, voltando-se a assinalar a tendência recente de períodos anteriores, para alterações na estrutura de gastos da Gesamb, continuando a verificar-se um aumento dos gastos com o pessoal, ainda que o peso relativamente ao volume de negócios tenha reduzido, uma diminuição dos gastos de depreciação e de amortização face ao mesmo agregado, mantendo-se, no período, um importante significado do peso dos fornecimentos e serviços externos para o Volume de negócios da entidade, ainda assim inferior ao registado em 2020;
- ✓ Com efeito, os gastos com o pessoal continuam a constituir uma das rubricas com aumentos mais relevantes, mais 66 mil €, um aumento de 4% face ao período precedente. Assumem significado as alterações legislativas verificadas com o orçamento de estado para 2018 que viabilizaram não apenas a atualização das tabelas salariais, como ainda as progressões nas carreiras há muito congeladas, num quadro de sustentabilidade económica, de promoção e qualificação dos trabalhadores, sempre acompanhado com os sindicatos do setor, viabilizando a entrada em vigor no exercício de 2018 do acordo de empresa celebrado, acontecimentos que continuaram a ter efeitos no período de 2021. Acresce, ainda, o aumento de 102 para 103 do número médio de trabalhadores da Gesamb, fator essencial ao aumento e qualificação dos serviços por esta prestados;

Quanto aos fornecimentos e serviços externos, registaram no período um aumento de 131 mil €, mais, 8% face ao período precedente. No período, em Conservação e reparação, registou-se, um aumento de 32 mil €, mais 5% que no período precedente. No entanto, destaca-se que esta rubrica inclui 13 mil € de conservação do aterro (selagem), valor refletido nas reversões de provisões. Verificam-se ainda aumentos com maior relevância nas rubricas de publicidade, mais 54 mil €, eletricidade, mais 28 mil €, e combustíveis, mais 26 mil €. Por outro, lado foram registadas quebras nos trabalhos especializados, menos 66 mil €, vigilância e segurança, menos 16 mil €, e seguros, menos 7 mil €. No conjunto dos fornecimentos e serviços externos, 7 rubricas continuam a representar no seu conjunto um valor muito significativo do total daqueles (87%), sendo elas Conservação e reparação, 34% dos FSE, Combustíveis, 22% dos FSE, Trabalhos especializado, 9% dos FSE, Eletricidade, 8% dos FSE, Seguros, 6% dos FSE, Vigilância e segurança, 5% dos FSE, e publicidade, 4% dos FSE.

- ✓ No período são registados menos 11% de Gastos e perdas de financiamento, consequência da evolução dos planos de liquidação dos empréstimos específicos contratados para o financiamento da contrapartida nacional da UTMB.

RESULTADOS DO EXERCÍCIO, BALANÇO FUNCIONAL E EQUILÍBRIO FINANCEIRO

Quadro 10 – Demonstração de Resultados por natureza

RUBRICAS	Realizado			Desvio
	2021	2020		
Vendas e serviços prestados	6 210 195,37	5 573 818,25	636 377,12	11,42%
Subsídios à exploração	80 150,96	45 661,21	34 489,75	75,53%
Variação nos inventários da produção	-43 733,35	3 186,73	-46 920,08	-1472,36%
Fornecimentos e serviços externos	-1 840 902,79	-1 710 165,97	-130 736,82	7,64%
Gastos com pessoal	-1 948 159,63	-1 881 987,70	-66 171,93	3,52%
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-102 749,82	-4 185,67	-98.564,15	2354,80%
Provisões (aumentos/reduções)	13 132,37	179 840,50	-166.708,13	-92,70%
Outros rendimentos e ganhos	1 068 571,26	1 060 257,97	8.313,29	0,78%
Outros gastos e perdas	-1 207 511,69	-1 027 991,15	-179.520,54	17,46%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	2 228 992,68	2 238 434,17	-9.441,49	-0,42%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-1 680 817,19	-1 672 076,54	-8.740,65	0,52%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	548 175,49	566 357,63	-18.182,14	-3,21%
Juros e gastos similares suportados	-39 616,06	-44 735,00	5.118,94	-11,44%
Resultado antes de impostos	508 559,43	521 622,63	-13.063,20	-2,50%
Imposto sobre rendimento do período	-120 409,99	-128 500,25	8.090,26	-6,30%
Resultado líquido do período	388 149,44	393 122,38	-4 972,94	-1,26%

A Gesamb apresenta um resultado líquido do exercício de 388 mil €, proporcionando uma rentabilidade aos capitais próprios da entidade de 2,9%, valor superior, à rentabilidade média verificada entre 2014 e 2019 e em linha com o valor verificado em 2020, invertendo a situação que se verificou entre 2016 e 2019 de forte compressão à remuneração aos capitais investidos pelos sócios, nos termos por estes ajustados no contrato de gestão delegada.

Depois de ter verificado três exercícios consecutivos com aumento no seu volume de negócios, entre 2014 e 2016, em 2017 registou uma quebra de 4,72% face a 2016, sendo que, entre 2018 e 2021 volta a registar um aumento de 14,18%, 8,49%, 8,97% e 11,42 respetivamente. Combinando, em 2021, uma subida, de 24,19%, nas vendas de mercadorias e produtos e de 7,42% nas prestações de serviços.

O aumento verificado nos gastos fixos, em cerca de 246 mil €, para o qual contribuíram os gastos com pessoal e outros gastos e perdas, contribuíram, em conjunto com o ligeiro aumento de rendimentos verificado nos Outros rendimentos em 8 mil €, para em conjunto com o aumento da margem de contribuição, para uma ligeira redução, de 9 mil €, dos Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos os quais, registam, assim, no período, uma redução de 0,42% face ao período anterior.

A ligeira diminuição dos Gastos/reversões de depreciação e de amortização, com menos 9 mil € do que o valor registado no período precedente, menos 0,52%, no momento em que já se encontram em uso todos os ativos do empreendimento conjunto com os restantes parceiros do Alentejo, colocam o resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) em 548 mil €, menos 18 mil €, menos 3,21% que o montante registado no período precedente.

Igualmente no período verifica-se uma ligeira diminuição dos juros e gastos similares suportados, com menos 5 mil € (-11,44%), consequência da evolução dos planos de liquidação dos empréstimos específicos contratados para o financiamento da contrapartida nacional da UTMB.

O resultado antes de imposto totaliza 509 mil €, menos 13 mil € face ao verificado no período precedente, arrastando uma ligeira redução do valor dos gastos com imposto do período, menos 8 mil €, e num resultado do período final inferior em 5 mil €, menos 1,26%.

Quadro 11 – Resultado das Operações

Resultado das operações	2021			2020		
	Quantias	Δ em valor	Δ face a 2020	Quantias	Δ em valor	Δ face a 2019
Volume de negócios	6 210 195,37 €	636 377,12 €	11,42%	5 573 818,25 €	458 714,22 €	8,97%
Outros rendimentos e ganhos operacionais	1 148 722,22 €	42 803,04 €	3,87%	1 105 919,18 €	-51 975,03 €	-4,49%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)	2 228 992,68 €	-9 441,49 €	-0,42%	2 238 434,17 €	197 812,93 €	9,69%
EBITDA	1 389 815,40 €	263 546,79 €	23,40%	1 126 268,61 €	-15 804,53 €	-1,38%
VAB	4 405 710,19 €	493 209,97 €	12,61%	3 912 500,22 €	374 850,63 €	10,60%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	1 680 817,19 €	8 740,65 €	0,52%	1 672 076,54 €	-26 617,09 €	-1,57%
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (RO)	548 175,49 €	-18 182,14 €	-3,21%	566 357,63 €	224 430,02 €	65,64%
Resultados financeiros	-39 616,06 €	-84 351,06 €	-188,56%	44 735,00 €	-4 858,98 €	-9,80%
Resultado antes de imposto (RAI)	508 559,43 €	-13 063,20 €	-2,50%	521 622,63 €	229 289,00 €	78,43%
Imposto sobre rendimento do período	-120 409,99 €	-248 910,24 €	-193,70%	128 500,25 €	51 976,87 €	67,92%
Resultado líquido do período	388 149,44 €	-4 972,94 €	-1,26%	393 122,38 €	177 312,13 €	82,16%

O aumento de cerca 636 mil € no volume de negócios no exercício, suportou a redução da variação de produção, com menos 47 mil € face ao verificado no exercício precedente, e bem assim como o aumento, de 131 mil €, em consumos intermédios (fornecimentos e serviços externos), obtendo uma margem de comercialização, de 69,65%, em linha com o verificado com ano anterior.

Quadro 12 – Evolução da Atividade

Evolução da atividade	2021			2020		
	Quantias	Δ em valor	Δ face a 2020	Quantias	Δ em valor	Δ face a 2019
Volume de negócios	6 210 195,37 €	636 377,12 €	11,42%	5 573 818,25 €	458 714,22 €	8,97%
Margem bruta – Valor	4 325 559,23 €	458 720,22 €	11,86%	3 866 839,01 €	435 531,04 €	12,69%
Margem bruta - %	69,65%	0,28%	0,40%	69,38%	2,29%	3,42%
Resultado operacional	548 175,49 €	-18 182,14 €	-3,21%	566 357,63 €	224 430,02 €	65,64%

(valores expressos em euros)

A natureza essencialmente fixa dos gastos da Gesamb, em particular dos fornecimentos e serviços externos e dos gastos com pessoal, revela a sensibilidade dos resultados económicos não só a uma variação do volume de produção, como igualmente aos ajustamentos do nível dos seus gastos. Neste caso, verificaram-se aumentos tanto nos gastos com o pessoal como nos fornecimentos e serviços externos, o que resultou numa variação negativa no resultado operacional face ao ano anterior, ainda que ligeira, de menos 3.21%.

É neste contexto que o resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI), revela uma ligeira redução, de menos 9 mil € (-0,42%) em relação ao exercício de 2020, e o resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (RO) com uma redução de 18 mil € (-3,21%) e o resultado antes de imposto (RAI) com uma redução de 13 mil € (-2,50%) em relação a 2020, acompanhando, então, a melhoria verificada no volume de negócios e a ligeira melhoria verificada em outros rendimentos que acomodaram os aumentos verificados nos gastos de exploração no período.

No período registou-se um aumento dos meios libertos de exploração que se mantiveram, no exercício, no valor de 1.390 mil €, mais 264 mil € que os valores verificados no exercício de 2020, valor muito relevante e do maior significado face às necessidades de manutenção e renovação dos ativos da Gesamb.

Quadro 13 – Indicadores de Produtividade

INDICADORES PRODUTIVIDADE	2017	2018	2019	2020	2021
VAB	2 757 688,41 €	3 272 047,23 €	3 537 649,59 €	3 912 500,22 €	4 405 710,19 €
Número médio de trabalhadores	80	93	94	102	103
Ativo fixo	15 493 504,90 €	14 848 735,65 €	14 184 299,08 €	13 103 658,89 €	12 744 222,43 €
Ativo fixo em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	90 476,84	76 551,55 €
Produtividade do trabalho	34 471,11 €	35 183,30 €	37 634,57 €	38 357,85 €	42 773,89 €
Produtividade do capital	18%	22%	25%	30%	35%
VAB / Produção	66,93%	70,07%	68,70	70,15%	71,45%

O aumento do Valor Acrescentado Bruto verificada no exercício, com mais 493 mil €, é influenciado essencialmente pelo aumento verificado em vendas e prestações de serviços. No caso das prestações de serviços é de destacar a influencia do valor debitado de TGR, de mais 290 mil € relativamente ao valor registado em 2020. Ainda assim, retirando o efeito da TGR a variação relativamente ao ano anterior é de 203 mil €. Com este relevante aumento, verifica-se o melhor valor desde 2015, mesmo retirando o efeito da TGR, mesmo face ao ligeiro aumento de emprego verificado, apenas mais um trabalhador, tal representou um aumento do seu valor por trabalhador superior ao verificado nos períodos precedentes (desde 2017). A relação do VAB com o capital investido aumentou ligeiramente relativamente a exercícios anteriores, tendência já verificada no ano de 2020, face à diminuição dos ativos fixos por força do decurso do tempo e das depreciações reconhecidas e ao aumento do valor do VAB.

Quadro 14 – Análise do Equilíbrio Financeiro

ANÁLISE DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO	2017	2018	2019	2020	2021
Capitais Permanentes	22 964 942,79 €	20 421 550,46 €	19 926 293,94 €	19 475 532,11 €	19 548 212,60 €
Ativo Fixo	15 560 379,73 €	14 903 745,12 €	14 245 150,45 €	13 233 799,41 €	12 881 407,63 €
FUNDO DE MANEIO LÍQUIDO	7 404 563,06 €	5 517 805,34 €	5 681 143,49 €	6 241 732,70 €	6 666 804,97 €
Necessidades Cíclicas	2 806 235,04 €	2 829 361,71 €	2 667 328,21 €	3 193 423,97 €	3 626 460,15 €
Recursos Cíclicos	1 429 083,33 €	2 378 016,52 €	2 018 007,23 €	2 347 869,95 €	2 364 996,48 €
NECESSIDADES FUNDO DE MANEIO	1 377 151,71 €	451 345,19 €	649 320,98 €	845 554,02 €	1 261 463,67 €
Tesouraria Ativa	6 447 658,23 €	5 191 831,88 €	5 162 085,00 €	5 531 522,71 €	5 545 965,08 €
Tesouraria Passiva	420 246,88 €	125 371,73 €	130 262,49 €	135 344,03 €	140 623,78 €
TESOURARIA LÍQUIDA	6 027 411,35 €	5 066 460,15 €	5 031 822,51 €	5 396 178,68 €	5 405 341,30 €

A conclusão em 2015 do ciclo de investimentos da entidade em novas tecnologias para o tratamento de resíduos, interromperam, a partir de 2016 os fortes crescimentos em ativos fixos até então verificados. No período, os ativos fixos decrescem 352 mil €, acomodando, entre outros, os 1.243 mil € de investimentos realizados pela entidade e 1.681 mil € de depreciações no exercício reconhecidas.

Os capitais permanentes registaram um aumento de 73 mil €, influenciados pela diminuição do passivo financeiro de médio e longo prazo associado ao empréstimo BEI contratados para o financiamento do ciclo de investimentos da Gesamb, menos 141 mil €, pela utilização da provisão da selagem do aterro, menos 13 mil € e, por outro lado, influenciados pelos aumentos de capitais próprios e outras dívidas a pagar associados ao reconhecimento no período de subsídios para o investimento, mais 231 mil €.

A variação de fundo de maneiio líquido é, por esse facto, de mais 425 mil €, colocando o fundo de maneiio líquido da Gesamb em 6,667 milhões de €. A variação verificada em 2021 face a 2020 vai de encontro à tendência verificada nos últimos anos, com exceção de 2018 que comparativamente a 2017 teve uma variação negativa.

A variação positiva do fundo de maneiio líquido foi, porém, acompanhada de uma variação positiva de 416 mil € nas necessidades de fundo de maneiio, na qual tiveram significado o aumento das necessidades cíclica para os cerca de 3,626 milhões de €, muito por força da variação registada em outros créditos a receber.

A Gesamb continua a funcionar com tesourarias líquidas positivas, sendo que estas se encontram em linha com o ano anterior, com uma variação de apenas mais 9 mil €.

Quadro 15 – Indicadores Financeiros e de Liquidez

INDICADORES FINANCEIROS	2017	2018	2019	2020	2021
Autonomia Financeira	55,96%	58,90%	60,01%	60,13%	60,76%
Solvabilidade Total	127,08%	143,33%	150,08%	150,83%	154,86%
Endividamento Total	78,69%	69,77%	66,63%	66,30%	64,57%
Endividamento ML Prazo	65,37%	51,23%	50,42%	47,50%	45,88%

INDICADORES DE LIQUIDEZ	2017	2018	2019	2020	2021
Liquidez Geral	500,39%	320,41%	364,45%	351,36%	366,07%
Liquidez Reduzida	494,12%	317,59%	359,57%	351,36%	366,07%

A necessidade de recurso a capitais alheios para o financiamento do ciclo de investimentos da Gesamb, cuja contratação foi realizada em condições de reembolso ajustadas aos meios libertos esperados pelo próprio projeto, representaram um agravamento dos indicadores de solvabilidade e de endividamento, nos exercícios de 2012 e 2013.

No exercício de 2014 e de 2015, ainda com o prazo carência do empréstimo contratado junto do BEI, mas já a amortizar o empréstimo contratado ao Santander, verifica-se uma melhoria nestes indicadores, bem assim como da autonomia financeira que ultrapassou novamente os 50%.

No período de 2016 voltaram-se a registar melhorias expressivas em todos os indicadores da estrutura de capitais, uma vez mais devido à conclusão do ciclo de investimentos em novas tecnologias para o tratamento de resíduos, com a estabilização dos valores dos ativos líquidos da entidade, a par do reembolso dos empréstimos contratados para o seu financiamento, num quadro de um desempenho equilibrado com rentabilidade adequadas ao crescimento dos capitais investidos na entidade.

No exercício de 2017, com as rentabilidades registadas, inferiores às historicamente registadas, e o avanço no pagamento dos empréstimos contratados, contribuíram para ligeiras melhorias dos indicadores financeiros e de liquidez.

No exercício de 2018, com o aumento da rentabilidade face ao período anterior, associada a amortização parcial antecipada de 2 milhões de € do empréstimo BEI, contribuíram para melhorias expressivas dos indicadores financeiros e para a compressão dos indicadores de liquidez. Trajetória semelhante é a verificada entre 2019 e 2021.

DESEMPENHO ECONÓMICO E PRINCIPAIS INDICADORES

Com um desempenho económico equilibrado, um aumento do volume de negócios e de rendimentos superior aos gastos operacionais, registou-se ligeiras oscilações dos indicadores de rentabilidade.

Quadro 16 – Indicadores Económicos

INDICADORES ECONÓMICOS	2017	2018	2019	2020	2021
Taxa de Crescimento do Negócio	-4,72%	14,18%	8,49%	8,97%	11,42%
Eficiência Operacional	6,12%	6,13%	6,68	10,16%	8,83%
Margem Operacional das Vendas	66,64%	69,08%	66,41%	69,32%	70,36%
Rentabilidade Líquida das Vendas	1,77%	2,70%	4,22%	7,05%	6,25%

A eficiência operacional, com 8,83%, baixou relativamente ao ano anterior, mas ainda assim melhorou significativamente face aos períodos precedentes.

Após a função financeira e os impostos sobre o rendimento do exercício, a rentabilidade líquida final sobre o volume de negócios registou uma ligeira redução, para 6,25%, ainda assim, significativamente acima dos valores registados entre 2017 e 2019.

Quadro 17 – Indicadores Económicos

	2017	2019	2019	2020	2021
Rendimentos operacionais	5 260 443,88 €	5 817 369,23 €	6 312 677,47 €	6 862 764,66 €	7 372 049,96 €
Gastos operacionais	5 007 671,03 €	5 528 399,64 €	5 970 749,86 €	6 296 407,03 €	6 823 874,47 €
Resultado Operacional	252 772,85 €	288 969,59 €	341 927,61 €	566 357,63 €	548 175,49 €
RO / GO	105,05%	105,23%	105,73%	108,99%	108,09%

Os rendimentos operacionais da Gesamb registaram em 2021 um aumento de 7,24%, para 7,372 milhões €, mais 509 mil € que os valores reconhecidos no exercício de 2020.

Verificam-se variações positivas relativamente significativas no volume de negócios, mais 626 mil €, em subsídios à exploração, mais 34 mil €, e em outros rendimentos e ganhos, mais 8 mil €, que respondem pelo essencial da variação dos rendimentos operacionais.

Dos 7,372 mil € de rendimentos constituem agregados mais relevantes os 84% de rendimentos provenientes de vendas e prestações de serviços e os 929 mil € (13%) provenientes da imputação no exercício de subsídios para investimentos.

O peso da imputação de subsídios para investimento nos ganhos operacionais no exercício de 12,60%, registou uma redução relativamente ao exercício precedente que era de 13,65%, valor que era de 15,75% em 2011, 14,82% em 2012, 17,20% em 2013 e 17,34% em 2014. A trajetória decrescente que se vinha verificando em exercícios anteriores foi, no exercício de 2013, contrariada, derivada da diminuição no volume de negócios e do início em 2014 do reconhecimento dos rendimentos com os subsídios destinados aos novos ativos decorrentes do ciclo de investimentos concluído no período com as UTMB e de CDR. Verifica-se agora nova trajetória decrescente derivado da conclusão do reconhecimento do subsídio de projetos mais antigos e, por outro lado, pelo aumento registado no volume de negócios.

Por outro lado, os gastos operacionais também registaram um aumento de 8,38%, para 6,824 milhões €, mais 527 mil €. O que resultou numa ligeira variação do resultado operacional face ao ano anterior, com menos 3,21%, menos 18 mil €.

Quadro 18 – Estrutura de Gastos

INDICADORES ECONÓMICOS - ESTRUTURA GASTOS	2017	2018	2019	2020	2021
Peso CMVMC no VN	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Peso FSE no VN	33,36%	30,92%	33,59%	30,68%	29,64%
Peso Gastos com o pessoal no VN	29,48%	31,24%	32,69%	33,76%	31,37%
Peso Imparidades no VN	0,18%	0,07%	1,25%	0,08%	1,65%
Peso Provisões no VN	-0,09%	-0,09%	0,11%	-3,23%	0,21%
Peso Outros gastos no VN	16,00%	17,46%	15,99%	18,44%	19,44%
Peso gastos depreciação e de amortização no VN	42,02%	36,51%	33,21%	30,00%	27,07%
Peso Juros e gastos similares suportados no VN	3,56%	1,92%	0,97%	0,80%	0,97%

Como já assinalado, o desempenho da entidade regista um relevante crescimento do volume de negócios, suficiente para acomodar o aumento dos gastos operacionais, em particular os registados com o aumento dos gastos com o pessoal, bem assim como para proporcionar um aumento de rentabilidade no desempenho do período face ao período precedente.

Os Fornecimentos e serviços externos, com uma execução de mais 131 mil € no seu conjunto comparativamente com 2020, representam 29,64% do volume de negócios, menos 1,04%, abaixo da média de 32,13% dos períodos de 2013-2018.

Com um total de 1,841 milhões € registaram agravamento com relevância em Fornecimentos e serviços externos os gastos com publicidade e propaganda (mais 54 mil €), as conservações e reparações (mais 32 mil €, + 5%), a eletricidade (mais 28 mil €, + 24%) e os combustíveis (mais 26 mil €, + 7%). Por outro lado, registaram reduções nos trabalhos especializados (menos 66 mil €, - 28%), na vigilância e segurança (menos 16 mil €, - 16%) e nos seguros (menos 7 mil €, -6%).

Os Gastos com o pessoal, depois de terem registado aumento significado sobre o volume de negócios a partir dos exercícios de 2012 e 2013, voltam a partir de 2017 a registar um aumento do peso, representando agora 31,37%. Com uma massa salarial superior em 66 mil € (+4%) à registada no exercício precedente, os gastos com o pessoal representam cerca de 1/3 do volume de negócios da Gesamb, ainda assim ligeiramente inferior ao valor registado em 2020, menos 2,39%.

Em Outros gastos e perdas, com um aumento do seu valor no exercício, influenciado pelo valor de TGR, aumenta o seu peso relativo sobre o volume de negócios, com 19,44%, mais 1,00% do valor registado no exercício de 2020. Constituem gastos com maior relevância o valor reconhecido pela Taxa de Gestão de Resíduos, no montante de 933 mil €, prevista no Decreto-Lei nº 92/2020, de 23 de outubro, e na Lei n.º 20/2021, de 16 de abril, e a qual representa 77% do total destes gastos com o valor no exercício de 1,208 milhões €.

São ainda relevantes, nesta rubrica, o montante de 125 mil € de compensações reconhecidas aos Municípios Utilizadores com distâncias ao ponto de receção de resíduos do sistema superiores à média, compensação a atribuir de acordo com instruções da entidade delegatária e ainda a Taxa da Lei nº 34/2015 com o valor reconhecido de 99 mil €.

Os Impostos indiretos são responsáveis por 1,20% dos gastos reconhecidos nesta rubrica.

Relativamente aos restantes gastos aqui reconhecidos, nomeadamente outras taxas e quotizações, os valores da execução de 2021 acompanharam os valores já registados nos exercícios precedentes.

RESULTADOS DO EXERCÍCIO E CONTROLO ORÇAMENTAL

Quadro 19 – Execução do Orçamental

RUBRICAS	2021			
	Previsão	Realização	Desvio	
Vendas e serviços prestados	5 624 704,93 €	6 210 195,37 €	585 490,44 €	10,41%
Subsídios à exploração	209 952,28 €	80 150,96 €	-129 801,32 €	-61,82%
Variação nos inventários da produção	9 450,21 €	-43 733,35 €	-53 183,56 €	-562,78%
Fornecimentos e serviços externos	-1 718 958,63 €	-1 840 902,79 €	-121 944,16 €	7,09%
Gastos com pessoal	-1 981 790,00 €	-1 948 159,63 €	33 630,37 €	-1,70%
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	- €	-102 749,82 €	-102 749,82 €	- €
Provisões (aumentos/reduções)	- €	13 132,37 €	13 132,37 €	-
Outros rendimentos e ganhos	1 072 083,69 €	1 068 571,26 €	-3 512,43 €	-0,33%
Outros gastos e perdas	-1 153 614,58 €	-1 207 511,69 €	-53 897,11 €	4,67%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	2 061 827,90 €	2 228 992,68 €	167 164,78 €	8,11%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-1 798 497,39 €	-1 680 817,19 €	117 680,20 €	-6,54%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	263 330,51 €	548 175,49 €	284 844,98 €	108,17%
Juros e gastos similares suportados	-39 983,51 €	-39 616,06 €	367,45 €	-0,92%
Resultado antes de impostos	223 347,00 €	508 559,43 €	285 212,43 €	127,70%
Imposto sobre rendimento do período	-50 253,00 €	-120 409,99 €	-70 156,99 €	139,61%
Resultado líquido do período	173 094,00 €	388 149,44 €	215 055,44 €	124,24%

O desempenho económico do exercício de 2018 afastou-se ligeiramente das previsões dos documentos do plano de negócios da Gesamb. O conhecimento mais real da estrutura de custos associada à UTMB permitiu que os desvios em 2019 relativamente ao previsto fossem menores relativamente ao que se tinha verificado nos anos anteriores. Já em 2020 e 2021 verificam-se desempenhos económicos superiores ao previsto.

Para os Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, com um desvio positivo de 167 mil €, mais 8,11% face às previsões, são relevantes os desvios verificados em vendas e prestações de serviços, quanto aos rendimentos estimados, e em fornecimentos e serviços externos, outros gastos e perdas e imparidades de dívidas a receber, quanto aos gastos, desvios que resultam numa variação negativa 279 mil €.

Quanto aos Fornecimentos e serviços externos, registam-se desvios positivos com maior relevância na execução do período quanto a trabalhos especializados (menos 98 mil €, -37%), combustíveis (menos 35 mil €, -8%), vigilância e segurança (menos 16 mil €, -16%) e publicidade (menos 12 mil €, -13%). Com desvios negativos sobressaem as conservações e reparações (mais 206 mil €, +50%) e eletricidade (mais 38 mil €, +36%).

Em relação a outros gastos e perdas, dos 1,208 milhões € totais, verifica-se uma redução relativamente ao previstos, de menos 54 mil €, menos 5%.

Os outros rendimentos e ganhos encontra-se em linha com o previsto, com uma variação de cerca de menos 4 mil €, menos 0,33%.

Foi, ainda, nas vendas de mercadorias e produtos e nas prestações de serviços que se registaram expressivos desvios para as previsões iniciais, com mais 585 mil €. Mais 369 mil € (+29%) em vendas, e mais 216 mil € (+5%) em prestação de serviços, aqui muito por força do maior valor do débito a terceiros pela entrega de monstros não ferrosos e pelos valores cobrados no âmbito da parceria. Para a variação positiva verifica nas vendas contribuíram o aumento de quantidade retomadas face ao previsto, com mais 878 toneladas com origem na recolha seletiva e mais 491 toneladas com origem na recolha indiferenciada, bem como a variação positiva verificada no preço médio de venda por tonelada, cerca de mais 29 €/ton face ao previsto.

Verifica-se também um desvio considerável na rubrica perdas por imparidade em dívidas a receber, mais 103 mil €. Regísta-se ainda 13 mil € em provisões.

Depois dos Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, registaram-se desvios positivos nos Gastos/reversões de depreciação e de amortização. Os Juros e gastos similares suportados encontram-se alinhados com o previsto. Já na rubrica de Imposto sobre rendimento do período o desvio negativo, de mais 70 mil €.

Quadro 20 – Fornecimentos e Serviços Externos

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2021			
	Previsão	Realização	Desvio	
Subcontratos	40 000,00 €	58 349,43 €	18 349,43 €	45,87%
Trabalhos especializados	265 700,00 €	167 674,13 €	-98 025,87 €	-36,89%
Publicidade e propaganda	88 600,00 €	76 969,18 €	-11 630,82 €	-13,13%
Vigilância e segurança	99 100,00 €	83 400,59 €	-15 699,41 €	-15,84%
Honorários	8 700,00 €	9 387,85 €	687,85 €	7,91%
Conservação e reparação	413 120,00 €	618 662,66 €	205 542,66 €	49,75%
Serviços Bancários	1 700,00 €	1 564,86 €	-135,14 €	-7,95%
Outros	- €	717,63 €	717,63 €	-
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	11 400,00 €	11 978,87 €	578,87 €	5,08%
Livros e documentação técnica	100,00 €	99,06 €	-0,94 €	-0,94%
Material de escritório	7 700,00 €	8 928,66 €	1 228,66 €	15,96%
Outros materiais	- €	38 876,53 €	38 876,53 €	-
Eletricidade	104 640,00 €	142 266,37 €	37 626,37 €	35,96%
Combustíveis	434 300,00 €	399 545,48 €	-34 754,52 €	-8,00%
Água	3 400,00 €	1 520,93 €	-1 879,07 €	-55,27%
Outros Energia e Fluidos	41 700,00 €	61 448,73 €	19 748,73 €	47,36%
Deslocações e estadas	2 300,00 €	1 369,25 €	-930,75 €	-40,47%
Transportes de pessoal	- €	47,17 €	47,17 €	-
Outros Deslocações e Estadas	1 700,00 €	666,82 €	-1 033,18 €	-60,78%
Rendas e alugueres	2 498,63 €	9 583,95 €	7 085,32 €	283,57%
Comunicação	17 300,00 €	16 420,29 €	-879,71 €	-5,09%
Seguros	106 900,00 €	110 486,47 €	3 586,47 €	3,35%
Contencioso e notariado	900,00 €	294,00 €	-606,00 €	-67,33%
Despesas de representação	1 000,00 €	273,05 €	-726,95 €	-72,70%
Limpeza, higiene e conforto	18 600,00 €	19 320,83 €	720,83 €	3,88%
Outros serviços	47 600,00 €	1 050,00 €	-46 550,00 €	-97,79%

POLÍTICA DE PREÇOS

De acordo com o contrato de gestão delegada, as tarifas da Gesamb deverão ser fixadas por forma a assegurar a proteção dos interesses dos utilizadores, a gestão eficiente do sistema, o equilíbrio económico-financeiro da exploração e as condições necessárias para a qualidade do serviço durante e após o termo da exploração.

Constituem, por esse facto, elementos e necessidades a atender para a sua determinação:

- ✓ Assegurar o bom estado de funcionamento, conservação e segurança de todos os ativos afetos à exploração;
- ✓ Assegurar a depreciação e amortização tecnicamente exigida dos ativos afetos à exploração e de novos investimentos de expansão, modernização ou substituição incluídos em planos de investimento;
- ✓ Atender ao nível de gastos necessários para uma gestão eficiente do sistema, líquidos de rendimentos provenientes da venda de materiais e produtos, bem assim como de subsídios à exploração e ao investimento imputáveis a cada período;
- ✓ Atender aos encargos financeiros decorrentes da contratação de capitais alheios, bem assim como os decorrentes de garantias e avais prestados;
- ✓ Atender à fiscalidade sobre o rendimento e sobre o património, bem assim como a outras taxas e contribuições devidas legalmente pelo exercício da atividade;
- ✓ Assegurar a constituição e manutenção das reservas legais estatutárias;
- ✓ Assegurar a remuneração dos capitais próprios da Gesamb.

O plano de negócios da Gesamb justificou que em consequência da entrada em funcionamento da Unidade de TMB, se registariam alterações à estrutura de rendimentos e gastos na Gesamb, alterando pressupostos económicos essenciais ao funcionamento que se vinha verificando até ao exercício de 2013, com inevitáveis consequências no aumento da tarifa de equilíbrio para o valor de 35,10 €.

Porém, ganhos de eficiência e eficácia verificados na exploração da Gesamb nos exercícios de 2014 e 2016, a par com o diferimento da entrada em funcionamento pleno das Unidade de TMB e de CDR face ao inicialmente esperado, revelaram execuções orçamentais com desvios financeiros relevantes face às estimativas, que justificaram a manutenção do valor da tarifa efetiva aos Utilizadores do Sistema durante os exercícios de 2014 a 2016 em 35,10 €.

Em 2017, propôs-se a revisão extraordinária intercalar da trajetória tarifária, reconhecendo o aumento de gastos de exploração.

Em 2018, como o aumento de gastos resultante da revisão ao plano de negócios para esse exercício, justificou-se nova revisão intercalar da tarifa, para o último ano do período quinquenal. Nestes termos, propôs-se para 2018 o valor da tarifa para a receção e tratamento de RU ou equiparados entregues pelos municípios utilizadores do sistema para 40,00€/tonelada.

Em 2019, com o objetivo de garantir o valor médio de 43,00 € em todo período regulatório, procurando afastar as oscilações tarifárias em cada ano, proporcionando uma estabilidade no seu crescimento, propôs-se para 2019 o valor da tarifa para a receção e tratamento de RU ou equiparados entregues pelos municípios utilizadores do sistema para 42,00€/tonelada.

Em 2020, considerando que as alterações registadas na tarifa de equilíbrio para os 4 exercícios seguintes do primeiro período regulatório não se afastavam em mais de 6% dos valores do plano inicial, o valor da tarifa para a receção e tratamento de RU ou equiparado foi fixado em 42,50€/tonelada.

Em 2021, com a tarifa praticada de 43,00€/tonelada, a rentabilidade final da entidade no fim do período assegura a remuneração acionista por estes acordada.

Quadro 21 – Tarifa de RU

	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Tarifa de RU	35,10 €	36,50 €	40,00 €	42,00€	42,50 €	43,00 €
Aumento relativo ao ano anterior	0,00%	3,99%	9,59%	5,00%	1,19%	1,18%

Quadro 22 – Tarifa, Valor a recuperar

TARIFA	2018	2019	2020	2021
Gastos operacionais antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-3 761 523,47 €	-4 266 616,63 €	-4 444 489,99 €	-5 061 172,10€
<i>Em FSE</i>	-1 457 959,02 €	-1 718 035,69 €	-1 710 165,97 €	-1 840 902,79 €
<i>Em Gastos com o pessoal</i>	-1 472 848,70 €	-1 671 952,11 €	-1 881 987,70 €	-1 948 159,63 €
<i>Em Imparidades e Provisões (aumentos/reduções)</i>	-7 615,15 €	-58 584,34 €	175 654,83 €	-64 597,99 €
<i>Em outros gastos e perdas</i>	-823 100,60 €	-818 044,49 €	-1 027 991,15 €	-1 207 511,69 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-1 721 427,35 €	-1 698 693,63 €	-1 672 076,54 €	-1 680 817,19 €
Subsídios a fundo perdido	973 901,05 €	957 132,44 €	936 510,73 €	928 794,73 €
Gastos com juros e gastos similares suportados	-90 512,40 €	-49 593,98 €	-44 735,00 €	-39 616,06 €
Gastos com Imposto sobre rendimento do período	-71 089,56 €	-76 523,38 €	-128 500,25 €	-66 410,21 €
Rendimentos de venda de mercadorias e serviços prestados a abater na tarifa	1 484 875,85 €	1 670 446,95 €	1 878 162,15 €	1 958 871,63 €
Rendimentos da recuperação da TGR	483 137,27 €	543 148,71 €	643 064,54 €	932 912,71 €
Outros rendimentos e ganhos a abater na tarifa	83 109,14 €	235 001,40 €	172 595,18 €	176 194,14 €
Remuneração acionista	-131 100,00 €	-314 800,00 €	-323 100,00 €	-290 000,00 €
Valor a recuperar	-2 697 057,04 €	-3 000 498,12 €	-2 982 569,18 €	-3 141 242,35 €
Volume de atividade	68 815	68 705	68 806,39	77 088,25
Valor da tarifa	39,97 €	43,67 €	43,35 €	40,75 €

A tarifa de equilíbrio real, avaliada pelo desempenho histórico, e para o volume de atividade do exercício, contraria a tendência que se verificou até 2019, em que se tinha verificado subidas relativamente ao exercício precedente. Situando-se no ano de 2021 em 40,75€, valor inferior, em 2,60€, ao registado em 2020, mas ainda assim superior ao registado entre 2016 e 2018.

Os Gastos operacionais antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, registaram um aumento de 617 mil € o que representa uma variação negativa na tarifa média de 8,00 €. Aqui, assumem relevância, o aumento em outros gastos e perdas de 180 mil €, com um impacto na tarifa de 2,33 €, o aumento nos fornecimentos e serviços externos, com mais 131 mil €, com impacto na tarifa de 1,70€, e o aumento dos gastos com o pessoal, com mais 66 mil €, os quais representam um impacto na tarifa de 0,86 €.

Em contrapartida, o aumento verificado em *Rendimentos de venda de mercadorias e serviços prestados a abater na tarifa*, no total de 81 mil €, representaram um benefício médio na tarifa de 1,05 €.

O valor da tarifa de equilíbrio verificada no exercício de 40,75 €, apresenta um desvio de 5,52% para a tarifa média praticada.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

No exercício a Gesamb concretizou 1,320 milhões € de investimentos, dos quais 1,318 milhões € em ativos fixos tangíveis e 2 mil € em ativos intangíveis.

Os investimentos em ativos intangíveis respeitam a programas de computadores.

Em ativos fixos tangíveis a Gesamb investiu, com maior significado, 162 mil € na construção de um pavilhão para a receção de resíduos perigosos. No que diz respeito aos equipamentos básicos foram investidos 248 mil € numa pá carregadora para o aterro, 82 mil € na conceção e construção do contentor móvel para receção de resíduos perigosos, 58 mil € na conversão dos módulos da ETAL II, 48 mil € na aquisição de um triturador de verdes, 43 mil € no reforço da rede de ecopontos, 38 mil € na aquisição 25 contentores de acesso reservado para recolha de biorresíduos, 29 mil € na aquisição de 2 autocompactadores e 23 mil € na implementação de um sistema de lubrificação centralizado para a oficina. Nos equipamentos de transporte foram investidos 392 mil € na aquisição de 4 equipamentos, uma viatura pesada para recolha seletiva, uma viatura ligeira de mercadorias para recolha seletiva de biorresíduos, cedida ao Município de Évora, uma viatura para a valorização de biorresíduos e um piso móvel para transporte de resíduos indiferenciados.

Quanto aos investimentos em curso dizem respeito ao projeto da nova célula do aterro, projeto para pavimentação das Estações de Transferência e compostores comunitários.

O quadro que se segue resume, por conta, a variação do investimento realizado em 2021, com detalhe da variação dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Quadro 23 – Resumo do Investimento

Resumo do Investimento		2021
43	Ativos fixos tangíveis	1 241 081,44 €
432	Edifícios e outras construções	168 880,96 €
433	Equipamento básico	663 282,03 €
434	Equipamento de transporte	391 580,00 €
435	Equipamento administrativo	16 692,06 €
437	Outros ativos fixos tangíveis	646,39 €
44	Ativos intangíveis	2 068,20 €
443	Programas de computador	2 068,20 €
45	Investimentos em curso	76.551,55 €
453	Ativos fixos tangíveis em curso	76.551,55 €

EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS DE E A TERCEIROS

O ativo corrente, caixa e depósitos bancários excluídos, registaram uma variação de mais 433 mil €.

Registam-se aumentos nos valores a receber de Estado e outros entes públicos, no montante de 78 mil €, onde apenas se encontra reconhecido como créditos a receber o valor do IVA e em outros créditos a receber, mais 465 mil €. Por outro lado, registam-se reduções nos inventários, menos 44 mil €, nos clientes, menos 43 mil €, e nos diferimentos, menos 23 mil €.

O passivo total da Gesamb, excluindo provisões, outras dívidas a pagar não correntes e diferimentos, no montante de 3,166 milhões de €, registou uma redução de 55 mil €, menos 2%.

Os passivos correntes registaram um aumento de 22 mil € e os passivos por financiamentos obtidos diminuíram 135 mil €.

A diminuição dos passivos financeiros relaciona-se com as amortizações, no exercício, do empréstimo BEI, colocando o capital em dívida deste empréstimo no termo do exercício em 930 mil €.

Nos passivos correntes as dívidas a fornecedores de 337 mil € registaram uma redução de menos de 6% face ao valor verificado no termo do período precedente.

Os passivos junto do Estado, no montante de 65 mil €, respeitam exclusivamente às retenções de impostos sobre rendimento, a contribuições para a segurança social, ambas referentes a dezembro, e ao montante apurado de IRC a pagar em 2022.

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Gesamb apresenta um resultado líquido do exercício de 388 149,44 €.

Nos termos das disposições estatutárias, a Gesamb deverá constituir, com carácter obrigatório, a Reserva geral nunca inferior a 10% do resultado líquido do exercício e a Reserva para investimento, no valor de 5% deste resultado.

Acresce, que nos termos do Contrato de Gestão Delegada da Gestão e Exploração do Sistema Intermunicipal de Resíduos Urbanos pela Gesamb – Gestão Ambiental e Resíduos, EIM, se encontra assente que “A trajetória tarifária prevista neste contrato deve permitir provisionalmente que, no decurso de cada período vinculativo, os acionistas afirmem uma adequada remuneração dos capitais próprios” sendo que “é objeto de remuneração o valor do capital próprio apurado no início de cada exercício económico, deduzido do valor das reservas de reavaliação, do valor de capital social subscrito mas ainda não realizado nessa data e do valor de outras variações no capital próprio” Considera-se, por fim, que “A taxa de remuneração de referência a aplicar ao capital (...) corresponde ao valor mais recente da taxa EURIBOR a 12 meses, acrescida de prémio de risco de cinco pontos percentuais”.

Assim, e considerando as referidas disposições, bem assim como o valor da Euribor a 12 meses em 3 de janeiro de 2022 de -0,499%, propõe-se fixar a remuneração acionista nos 5,00% de prémio de risco e a seguinte aplicação dos resultados:

Quadro 24 – Resultados a Distribuir

Resultado Líquido	388 149,44 €
Reserva Legal	39 000,00 €
Outras Reservas	
Para Investimento	20 000,00 €
Para outros fins	21 649,44 €
Para Resultados transitados	0,00 €
Distribuição aos sócios	
CIMAC	184 500,00 €
Biosmart	123 000,00 €

Quadro 25 – Proposta de aplicação dos resultados

Capitais próprios no início do exercício	13.204.150,51 €
Reservas de reavaliação	0,00 €
Valor de capital social subscrito e não realizado	0,00 €
Outras variações no capital próprio	6.374.892,89 €
Total	6.829.257,62 €
Euribor + 5,00 pontos	4,501%
CIMAC	184 500,00 €
Biosmart	123 000,00 €

OUTROS

Não foram realizados negócios entre a Gesamb e os seus administradores.

A Gesamb não dispõe de sucursais.

Durante o exercício a Gesamb não realizou qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias.

Não existem dívidas ao Estado em situação de mora.

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA SOCIEDADE

Nos termos do Decreto-Lei nº 194/2009, de 20 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei nº 92/2010, que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de gestão de resíduos urbanos, o contrato de gestão delegada celebrado entre a Gesamb e a CIMAC, deve compreender informação sobre os objetivos da empresa delegatária; a

identificação das principais iniciativas de carácter estratégico a prosseguir pela Gesamb; o plano de investimentos a seu cargo; e o tarifário e a sua trajetória de evolução temporal.

A Gesamb concluiu no exercício de 2018, o primeiro período regulatório após a outorga do seu contrato de gestão delegada, obrigando, por este facto, a reconhecer e preparar o novo período regulatório referente a 2019-2023, levando em consideração o quadro legal, estatutário e normativo em vigor, compatibilizando a atividade por si exercida com todo o conjunto destas normas.

No decurso do primeiro período regulatório, a Gesamb registou e assistiu a um vasto conjunto de acontecimentos subsequentes, com relevância significativa para as estimativas que suportaram o seu plano de negócios elaborado em 2014, e que sucessivamente determinaram a sua revisão e constituem o ponto de partida para a preparação do próximo ciclo regulatório.

Cabe recordar, dada a sua importância:

- ✓ A conclusão física e financeira da candidatura das Infraestruturas complementares aos TMB da Gesamb, Resialentejo e AMCAL, fechando as estimativas iniciais das componentes deste investimento;
- ✓ O início do funcionamento em pleno do empreendimento conjunto da Gesamb, Resialentejo e AMCAL em finais de 2015;
- ✓ A revisão, ainda não concluída e aprovada, do estudo económico e financeiro que sustenta o acordo de parceria do empreendimento conjunto da Gesamb, Resialentejo e AMCAL;
- ✓ A manutenção da suspensão do início do funcionamento da Unidade de CDR de Évora em consequência da ausência, no momento, de mercado para a colocação do produto obtido;
- ✓ A certificação do composto obtido na Unidade de TMBÉvora e o início da sua comercialização;
- ✓ A apresentação e aprovação do Plano de Ação da Gesamb para dar cumprimentos às metas e objetivos definidos no PERSU 2020, em junho de 2015 e posteriores atualizações;
- ✓ A apresentação em janeiro de 2016 com aprovação durante o ano de 2018 de três candidaturas ao POSEUR, “Promoção da Reciclagem Multimaterial e Orgânica de Resíduos Urbanos”, “Otimização e Reforço da Rede de Recolha Seletiva” e “Aumento da eficiência do Tratamento Mecânico e Biológico”;
- ✓ A apresentação e aprovação em 2018 da candidatura ao POSEUR “Inov I”, em parceria com os municípios e com o objetivo principal de implementação de novos circuitos de recolha porta-a-porta de biorresíduos e multimaterial e aquisição de sensores para ecopontos;
- ✓ A apresentação e aprovação em 2019 da candidatura ao POSEUR “Inov II”, com objetivos de implementação de um sistema de recolha seletiva de resíduos perigosos, e aumentar a capacidade de armazenamento de resíduos;
- ✓ A apresentação e aprovação em 2020 de duas candidaturas ao POSEUR, “Évora+Verde” que tem como objetivos aumentar as quantidades de biorresíduos recolhidos seletivamente e a sua valorização orgânica e a “Re-planta! III” que tem como principal objetivo promover a compostagem comunitária e doméstica.
- ✓ A apresentação durante o primeiro semestre de 2017 com entrada em vigor em 2018 do novo modelo de valores de contrapartidas do SIGRE que inclui, para além da recolha seletiva, as embalagens recuperadas nas unidades de TMB;
- ✓ A publicação da Lei nº 82-D/2014, de 31 de dezembro, Reforma da fiscalidade ambiental, com a revisão da TGR no sentido do aumento gradual do seu valor base e do aumento do âmbito de aplicação, com a previsão, ainda, de componentes de TGR não repercutíveis na tarifa associadas aos desvios às metas definidas em sede do PERSU 2020;

- ✓ A publicação e a subsequente revisão do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e dos novos estatutos da Entidade Reguladora, estabelecendo as disposições aplicáveis à definição, ao cálculo, à revisão e à publicitação das tarifas.

A Gesamb concluiu, como se referiu, em 2015 o seu projeto de investimento na Unidade de CDR (Combustível Derivado de Resíduos), a par dos investimentos conjuntos com as restantes entidades parceiras do Alentejo, do projeto na Unidade de TMB (Tratamento Mecânico e Biológico), tendo-se iniciado a exploração plena deste empreendimento durante o período de 2016.

Os montantes de investimento envolvidos e os novos processos de tratamento de resíduos urbanos (RU), com uma maior produção de materiais e produtos com valor económico, induziram sucessivas alterações à estrutura de rendimentos e gastos na Gesamb, alterando pressupostos económicos essenciais ao funcionamento que se vinham verificando até ao ano de 2013. A evolução da sua exploração durante os últimos quase cinco anos, a par da suspensão da entrada em funcionamento da Unidade de CDR, suscitam ainda incertezas quanto à evolução prospetiva do conjunto de rendimentos e gastos que, em velocidade cruzado, estas Unidades e o empreendimento conjunto vão justificar.

Por outro lado, a Gesamb prosseguiu com ambiciosos planos de investimento, não só de manutenção, como ainda de expansão da sua capacidade produtiva, dos quais se estimam retornos associados à sua atividade principal como ainda com as atividades com esta conexas.

As obrigações estatutárias, legais e normativas descritas, acompanhadas pelas alterações tecnológicas ao processamento de tratamento de resíduos, ainda num quadro de incerteza associado à exploração do conjunto de investimentos realizados, justificaram a elaboração do plano de negócios da Gesamb para o período delimitado entre 2019 e 2038.

As estimativas apresentadas assentam, contudo, como se referiu, também em fatores de alguma incerteza, cuja não verificação pode impactar positiva ou negativamente o desempenho ambiental e, associado a este, o desempenho económico esperado para os próximos exercícios, pelo que o plano de negócios, subordinado às disposições do contrato de gestão delegada outorgado pela Gesamb com a entidade pública participante e delegatária, a CIMAC, prevê mecanismos de atualização destas estimativas e de eventual revisão tarifária.

O ambiente de incerteza de preparação do plano de negócios é assim reconhecido, considerando, particularmente:

- ✓ O coeficiente de eficiência na obtenção de materiais pelo tratamento mecânico da Unidade de TMB;
- ✓ A qualidade do composto e as possibilidades de realização do valor esperado com a sua venda no mercado;
- ✓ O coeficiente de eficiência na produção de CDR e a concretização do seu escoamento e valor esperado pela sua venda;
- ✓ A evolução da produção de RU, sendo que a não verificação dos aumentos estimados, numa atividade com gastos de estrutura relevantes, provocará variações expressivas nos gastos unitários de tratamento de RU e de produção de cada tonelada de produto ou material.
- ✓ O novo quadro de investimento da União Europeia e os objetivos e os financiamentos que em concreto se virão a definir para o sector;
- ✓ A revisão em curso do PERSU 2020 que estabelece as metas de recolha seletiva, reciclagem e deposição em aterro por sistema e cujo grau de cumprimento acarreta penalização e bonificação nos valores de contrapartidas do SIGRE.

Igualmente em curso, com possibilidades de perturbar as perspetivas no novo plano, sublinhamos, entre outros:

- ✓ O coeficiente de eficiência do processamento de resíduos indiferenciados pelo tratamento mecânico da UTMB;
- ✓ O coeficiente de eficiência na obtenção de materiais pelo tratamento mecânico da UTMB;
- ✓ A manutenção do enquadramento legal que possibilita o escoamento do composto produzido a partir de resíduos indiferenciado desde que cumpridos critérios mínimos de qualidade;
- ✓ A manutenção da suspensão do início do funcionamento da Unidade de CDR de Évora em consequência da ausência e de qualquer perspectiva de mercado para a colocação do produto obtido;
- ✓ A evolução da produção de RU, sendo que a não verificação dos aumentos estimados, numa atividade com gastos de estrutura relevantes, provocará variações expressivas nos gastos unitários de tratamento de RU e de produção de cada tonelada de produto ou material, que entrará em conflito com a meta da prevenção;
- ✓ O novo quadro de investimento da União Europeia e os objetivos e os financiamentos que em concreto se virão a definir para o sector;
- ✓ O PERSU 2030, em fase de elaboração, que estabelecerá as metas de prevenção, da preparação para reutilização e reciclagem e de deposição em aterro assim como as responsabilidades, incentivos e penalizações para os diferentes organismos do sector, nomeadamente os municípios e sistema de gestão de resíduos;
- ✓ O novo regime geral da gestão de resíduos, o novo regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e a alteração regime da gestão de fluxos específicos de resíduos sujeitos ao princípio da responsabilidade alargada do produtor (Decreto-lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro);
- ✓ Os novos valores de contrapartida pela retoma de materiais com origem na recolha seletiva e indiferenciada ainda em discussão.

Em particular, no exercício de 2022 deverão, pelo descrito, merecer especial atenção do Órgão de Gestão:

- ✓ O acompanhamento ao novo quadro de investimento da União Europeia e aos trabalhos para definição do PERSU2030;
- ✓ Acompanhamento do novo regime geral da gestão de resíduos, o novo regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e a alteração regime da gestão de fluxos específicos de resíduos sujeitos ao princípio da responsabilidade alargada do produtor;
- ✓ Alteração do modelo de aplicação da TGR;
- ✓ O funcionamento do SIGRE, em particular as alterações em curso;
- ✓ A revisão, em curso, do estudo económico e financeiro que sustenta o acordo de parceria do empreendimento conjunto da Gesamb, Resialentejo e AMCAL;
- ✓ A conclusão do Plano de Ação 2015 (PAPERSU), num quadro de aprovação tardia das candidaturas apresentadas ao POSEUR verificadas durante o ano de 2017, confrontando a Gesamb com um ambicioso plano de investimentos e de ações para os anos de 2018 e seguintes;
- ✓ A avaliação quanto à Linha de CDR das melhores soluções de investimento e de exploração para a promoção da secagem de CDR em ordem à otimização do seu valor de mercado ou outras soluções alternativas;
- ✓ Acompanhamento da exploração da unidade de valorização de biogás, bem como dos contratos celebrados para rentabilização do aproveitamento do potencial energético do biogás produzido em Aterro;

- ✓ A avaliação de novos projetos em parceria com os municípios, em particular a recolha de biorresíduos e os novos circuitos de recolha seletiva porta-a-porta no setor não residencial (produção diária de RU até 1100 litros);
- ✓ Acompanhamento da evolução da pandemia de COVID-19 e da necessidade de eventuais novas adaptações, em especial em termos operacionais;
- ✓ Acompanhamento do aumento de preços verificados em consequência da pandemia de COVID-19 e agravados pela invasão da Ucrânia.

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS TERMO EXERCÍCIO

Não se registaram factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.

Não obstante o descrito anteriormente, importa referir que em consequência dos efeitos macroeconómicos do Covid-19 na economia mundial e europeia, entretanto agravados com o início do conflito na Ucrânia, a entidade tem vindo a registar significativas pressões sobre os seus custos de exploração, nomeadamente nos gastos de energia, de combustíveis e de materiais importados pelos seus fornecedores habituais essenciais à manutenção das suas infraestruturas.

Os aumentos de preços já registados, e os entretanto anunciados, têm vindo a ser acompanhados pelo órgão de gestão, sobretudo com o propósito de encontrar meios e fornecimentos alternativos, com vista a minorar o impacto de tais aumentos.

Os aumentos de preços, não comprometendo a situação económica e financeira, continuidade das operações, os compromissos financeiros assumidos e nem perspetivando qualquer redução do valor recuperável dos ativos da empresa, podem, porém, justificar a necessidade de ajustamento ao orçamento e ao plano de negócios da entidade para o ano em curso e seguintes.

O Conselho de Administração

O Presidente

Os vogais

Sílvia Cristina Tirapicos Pinto

João Paulo Mengas da Silva Afonso

Inácio José Ludovico Esperança

ANEXO I
 PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO

De acordo com o estabelecido na Resolução do Conselho de Ministros 34/2008, de 22 de fevereiro, o Prazo Médio de Pagamento (PMP) da Gesamb, calculado de acordo com o indicado definido nos termos do nº 4 do Despacho 9870/2009, de 13 de abril de 2009 é o que consta do quadro seguinte:

PMP					
1T 2020			1T 2021		
		Nº de dias			Nº de dias
Σ DF/4	392 117,90	53	Σ DF/4	342 156,76	49
Σ A	2 684 938,05		Σ A	2 562 598,77	
2T 2020			2T 2021		
		Nº de dias			Nº de dias
Σ DF/4	375 635,25	64	Σ DF/4	396 484,02	47
Σ A	2 151 090,35		Σ A	3 089 119,43	
3T 2020			3T 2021		
		Nº de dias			Nº de dias
Σ DF/4	335 678,04	67	Σ DF/4	491 719,30	53
Σ A	1 832 729,68		Σ A	3.366.898,91	
4T 2020			4T 2021		
		Nº de dias			Nº de dias
Σ DF/4	339 749,75	61	Σ DF/4	483 465,11	54
Σ A	2 026 903,75		Σ A	3.238.027,03	

O número médio de dias de pagamento (PMP) situa-se nos 54 dias, superior ao registado no trimestre anterior (53 dias), mas inferior ao registado no mesmo período de 2020 (61 dias).

ANEXO II
 PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA – 2021

Tipo	Nome/Descrição	Data	Data Adjudicação	Valor Adjudicação	Empresa Adjudicatária
C.Público	Reparação motor Diesel da CAT816	22/01/2020	06/04/2021	23.936,26 €	Hidrotruck, Lda
C.Público	Viatura pesada para transporte de pisos móveis	18/01/2021	27/05/2021	94.940,00 €	Auto-Sueco, S.A.
C.Prévia	Serviços de consultadoria na área financeira e contabilidade	18/01/2021	22/02/2021	14.400,00 €	Pocalentejo, Lda
C.Prévia	Aquisição de arame de cintagem para o CT e TMB	18/01/2021	22/01/2021	35.420,00 €	Exelfil,S.A,
C.Prévia	Aluguer de um trator de rastos para operação no aterro	18/01/2021	19/02/2021	9.799,00 €	Invesul, Lda.
C.Prévia	Aquisição de Serviços de Monitorização Ambiental-Composto	18/01/2021	14/06/2021	11.818,80 €	Eurofins
C.Prévia	Aquisição de Bens e Serviços para reparação geral do Separador Balístico do TMB	21/01/2021	15/03/2021	26.988,00 €	G.Hofle, Lda
C.Prévia	Conversão de módulos de filtração ETAL II de DT para ST	03/09/2020	Deserto, sem adjudicação ao abrigo da alínea a) do nº1 do art.º 79		
C.Prévia	Substituição de material de desgaste e correntes de tapete transportador da ET Mora	26/03/2021	10/05/2021	17.500,00 €	Bianna, Lda
C.Público	Aquisição de equipamento de armazenamento e transporte	22/03/2021	Deserto, sem adjudicação ao abrigo da alínea a) do nº1 do art.º 79		
AD	Aluguer de um trator de rastos para operação no aterro	22/03/2021	06/04/2021	19.499,00 €	Invesul, Lda.
C.Prévia	Conversão de módulos de filtração ETAL II de DT para ST	03/09/2020	06/05/2021	57.880,00 €	AST, Lda
C.Público	Aquisição de serviços de seguros	16/04/2021	07/07/2021	279,115,58	Ponto Seguro
C.Prévia	Aquisição de Bens e Serviços para Substituição de Material de Desgaste em um Semirreboque de Piso Móvel	19/04/2021	23/06/2021	27.200,00 €	Molavide, Ida
C.Prévia	Substituição de réguas e teflon de desgaste em piso móvel CargoFloor	19/04/2021	Não adjudicado ao abrigo da alínea e) do nº1 do art.º 79		
AD	Reparação piso móvel semi-reboque E-10800	30/04/2021	19/05/2021	17.776,00 €	Roques, S.A
C.Público	Aquisição de pá carregadora	20/04/2021	23/09/2021	150.000,00 €	STET, S.A.
AD	Desenvolvimento do site da Gesamb	30/04/2021	20/07/2021	6.800,00 €	Webavant, Lda
C.Público	Aquisição de viatura pesada para a recolha seletiva de resíduos	23/04/2021	25/08/2021	198.900,00 €	Resitul
AD	Aquisição de contentores orgânicos HORECA	17/05/2021	21/06/2021	3.550,00 €	Sopinal
C.Prévia	Substituição Impermeabilizações Edifícios Administrativos	20/05/2021	Procedimento não adjudicado ao abrigo da alínea a) do nº 1 do art.º 79		
C.Prévia	Pintura e Decapagem de Contentores 30m3	28/05/2021	25/08/2021	21.259,33 €	Reta, S.A
C.Prévia	Substituição de réguas e teflon de desgaste em piso móvel CargoFloor	02/07/2021	25/08/2021	23.919,10 €	Reta, S.A
AD	Serviços de vigilância e Portaria	15/05/2021	06/07/2021	7.004,37 €	Prosegur , Lda
C.Público	Aquisição de equipamento de armazenamento e transporte	22/03/2021	31/08/2021	93.500,00 €	Mófil, Lda
C.Prévia	Aquisição de produtos de limpeza	26/03/2021	29/09/2021	20.937,00 €	Jmcs
C.Prévia	Aquisição de fardamento e equipamentos de proteção individual”	26/03/2021	25/02/2022	21.535,00 €	HR Proteções, SA
C.Prévia	Aquisição de contentores de superfície de 2,5 m3	20/08/2021	21/09/2021	11.880,00 €	V.R. Lopes, Lda
C.Prévia	Renovação e Acompanhamento da Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente	20/08/2021	13/10/2021	8.400,00 €	EIC
C.Prévia	Prestação de serviços jurídicos	20/08/2021	29/10/2021	36.000,00 €	Rui Tejo

ANEXO II
 PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA – 2021 (CONTINUAÇÃO)

Tipo	Nome/Descrição	Data	Data Adjudicação	Valor Adjudicação	Empresa Adjudicatária
AD	Comunicações móveis, internet e VPN	20/08/2021	10/09/2021	19.388,00 €	MEO, SA
C.Prévia	Tratamento de Concentração na ETAR da Rib. Moinhos	20/08/2021	Concurso deserto		
C.Prévia	Aluguer de unidade de OI	20/08/2021	26/11/2021	67.950,00 €	Rotreat
C.Público	Fornecimento a 2 anos de Gasóleo Rodoviário a Granel	07/09/2021	23/12/2021	825.000,00€ (desconto 0,141€)	Lubrifuel, Lda
C.Prévia	Fornecimento Pneus	16/09/2021	22/11/2021	Lote I 26.440,00€ Lote II 13.280,00€	João Serras
C.Prévia	Substituição Impermeabilizações Edifícios Administrativos	17/09/2021	Não adjudicado ao abrigo da alínea b) do nº 1 do art.º 79		
C.Público	Aquisição de viatura pesada para recolha seletiva de resíduos de embalagens	17/09/2021	17/11/2021	167.670,00 €	Auto, S.A.
C.Público	Fornecimento de energia elétrica em BTN e MT	22/11/2021	Não adjudicado ao abrigo da alínea b) do nº 1 do art.º 79		

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Rubricas	Notas	31.12.2021	31.12.2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	12 744 222,43	13 103 658,89
Ativos Intangíveis	6	109 506,63	111 186,17
Outros Investimentos financeiros		16 878,00	12 804,00
Ativos por impostos diferidos		10 800,57	6 150,35
Subtotal		12 881 407,63	13 233 799,41
Ativo corrente			
Inventários	10	64 308,11	108 041,46
Clientes	9; 17	1 123 837,61	1 167 275,48
Estado e outros entes públicos	20	183 953,88	106 338,82
Outros créditos a receber	17	1 930 121,74	1 464 776,77
Diferimentos	20	324 238,81	346 991,44
Caixa e depósitos bancários	4	5 545 965,08	5 531 522,71
Subtotal		9 172 425,23	8 724 946,68
Total do ativo		22 053 832,86	21 958 746,09
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital subscrito	5	1 000 000,00	1 000 000,00
Reservas legais		876 000,00	836 200,00
Outras reservas		4 658 257,62	4 599 935,24
Ajust. / Outras variações de capital próprio		6 478 190,45	6 374 892,89
Subtotal		13 012 448,07	12 811 028,13
Resultado líquido do período	20	388 149,44	393 122,38
Total do capital próprio		13 400 597,51	13 204 150,51
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	12;16	3 479 792,07	3 492 924,44
Financiamentos obtidos	8; 17	789 812,09	930 435,85
Outras dívidas a pagar	17	1 878 010,93	1 848 021,31
Subtotal		6 147 615,09	6 271 381,60
Passivo corrente			
Fornecedores	17	337 385,46	359 646,30
Estado e outros entes públicos	20	64 513,12	96 853,25
Financiamentos obtidos	8; 17	140 623,78	135 344,03
Outras dívidas a pagar	17	1 833 668,21	1 698 410,40
Diferimentos	20	129 429,69	192 960,00
Subtotal		2 505 620,26	2 483 213,98
Total do Passivo		8 653 235,35	8 754 595,58
Total do capital próprio e do passivo		22 053 832,86	21 958 746,09

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Conta		Rendimentos e Gastos	Notas	2021	2020
Pos	Neg				
71/72		Vendas e serviços prestados	11	6 210 195,37	5 573 818,25
75		Subsídios à exploração	13	80 150,96	45 661,21
73		Variação de inventários na produção	10	-43 733,35	3 186,73
	62	Fornecimentos e serviços externos	20	-1 840 902,79	-1 710 165,97
	63	Gastos com pessoal	18	-1 948 159,63	-1 881 987,70
7621	651	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-102 749,82	-4 185,67
763	67	Provisões (aumentos/reduções)	12	13 132,37	179 840,50
78...+791		Outros rendimentos	13; 20	1 068 571,26	1 060 257,97
	69- 685+69...	Outros gastos	20	-1 207 511,69	-1 027 991,15
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos				2 228 992,68	2 238 434,17
761	64	Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6; 7	-1 680 817,19	-1 672 076,54
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)				548 175,49	566 357,63
	6911/21/81	Juros e gastos similares suportados	8	-39 616,06	-44 735,00
Resultado antes de impostos				508 559,43	521 622,63
	812	Impostos sobre o rendimento do período	15	-120 409,99	-128 500,25
Resultado líquido do período				388 149,44	393 122,38

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Rubricas	Notas	2021	2020
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes		6 449 075,93	5 608 823,15
Pagamentos a Fornecedores		-3 340 572,94	-2 750 217,15
Pagamentos ao Pessoal		-1 795 023,73	-1 691 274,38
Caixa gerada pelas operações		1 313 479,26	1 167 331,62
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-159 925,72	-117 764,05
Outros recebimentos/pagamentos		339 647,88	255 210,62
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		1 493 201,42	1 304 778,19
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-1 653 798,68	-820 762,43
Ativos intangíveis		-2 543,89	-96 646,86
Investimentos financeiros		-5 096,52	-4 864,72
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		1 095,20	574,17
Subsídios ao investimento		650 288,97	277 220,24
Juros e rendimentos similares		1 523,39	3 066,66
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-1 008 531,53	-641 412,94
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-135 344,01	-130 262,49
Juros e gastos similares		-39 883,51	-44 965,05
Dividendos		-295 000,00	-118 700,00
Fluxos de caixa de atividades de financiamento (3)		-470 227,52	-293 927,54
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		14 442,37	369 437,71
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		5 531 522,71	5 162 085,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	5 545 965,08	5 531 522,71

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2021

Descrição	Notas	Capital Subscrito	Reservas		Ajustamentos/ Outras	Resultados Transitados	Resultado líquido do Período	Total
			Reservas legais	Outras reservas	Variações CP			
Posição no início do período 2021	6	1 000 000,00	836 200,00	4 599 935,24	6 374 892,89	0,00	393 122,38	13 204 150,51
Alterações no período								
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações								0,00
Ajustamentos por impostos diferidos								0,00
Outras alterações reconhecidas de capital próprio			39 800,00	58 322,38	103 297,56	295 000,00	-393 122,38	103 297,56
	7	0,00	39 800,00	58 322,38	103 297,56	295 000,00	-393 122,38	103 297,56
Resultado líquido do período	8						388 149,44	388 149,44
Resultado integral	9=7+8						-4 972,94	491 447,00
Operações com detentores de capital no período								
Distribuições						-295 000,00		-295 000,00
	10	0,00	0,00	0,00	0,00	-295 000,00		-295 000,00
Posição no fim do período 2021	6+7+8+10	1 000 000,00	876 000,00	4 658 257,62	6 478 190,45	0,00	388 149,44	13 400 597,51

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2020

Descrição	Notas	Capital Subscrito	Reservas		Ajustamentos/ Outras	Resultados Transitados	Resultado líquido do Período	Total
			Reservas legais	Outras reservas	Variações CP			
Posição no início do período 2020	1	1 000 000,00	814 600,00	4 578 998,60	6 692 642,64	-54 573,61	215 810,25	13 247 477,88
Alterações no período								
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações								0,00
Ajustamentos por impostos diferidos								0,00
Outras alterações reconhecidas de capital próprio			21 600,00	20 936,64	-317 749,75	173 273,61	-215 810,25	-317 749,75
	2	0,00	21 600,00	20 936,64	-317 749,75	173 273,61	-215 810,25	-317 749,75
Resultado líquido do período	3						393 122,38	393 122,38
Resultado integral	4=2+3						177 312,13	75 372,63
Operações com detentores de capital no período								
Distribuições						-118 700,00		-118 700,00
	5	0,00	0,00	0,00	0,00	-118 700,00	0,00	-118 700,00
Posição no fim do período 2020	6=1+2+3+5	1 000 000,00	836 200,00	4 599 935,24	6 374 892,89	0,00	393 122,38	13 204 150,51

ANEXO

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Gesamb - Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM

A empresa Gesamb - Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM é uma empresa intermunicipal de capitais maioritariamente públicos constituída, por tempo indeterminado, pela Associação de Municípios do Distrito de Évora, atual CIMAC e tem como objeto a:

- ✓ Promoção direta ou indireta da conceção, construção e exploração de unidades integrantes dos sistemas de transporte, valorização, tratamento e destino final de resíduos sólidos e a;
- ✓ Prestação de serviços de gestão, fiscalização e assessoria técnica e administrativa a entidades públicas ou privadas que prossigam, total ou parcialmente, atividade do mesmo ramo.

A empresa Gesamb - Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM tem a sua sede social no Aterro intermunicipal, quilómetro 89, 9, Estrada Nacional 380, Freguesia de N.D. da Tourega e N.S. de Guadalupe, Concelho de Évora.

A empresa desenvolve a sua atividade com o CAE (Rev. 3) principal 38212, Tratamento e Eliminação de Outros Resíduos Não Perigosos.

As presentes demonstrações financeiras da empresa são as suas demonstrações financeiras individuais.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- ✓ Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela lei n.º 20/2010 de 23 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho;
- ✓ Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- ✓ Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura Conceptual);
- ✓ Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro)
- ✓ Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas).

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer na posição financeira quer do desempenho da Empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Junho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board e respetivas

interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que a empresa se encontre envolvida.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade das operações da empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos na Portaria nº220/2015, de 24 de julho, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

2.2. INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC QUE, EM CASOS EXCECIONAIS, TENHAM SIDO DERROGADAS

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3. INDICAÇÃO E COMENTÁRIO DAS CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2021 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2020.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1.1. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis compreendem essencialmente programas de computador e encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas (modelo custo). Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método da linha recta, de uma forma consistente, durante um período de 3 anos de vida útil, decorrente da aplicação das taxas de amortização correspondentes aos anos de vida útil.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam por ela controláveis e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço da venda e a quantia escriturada na data de

alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.1.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Após o reconhecimento como um ativo, um item do ativo fixo tangível cujo justo valor possa ser determinado fiavelmente deve ser mensurado por uma quantia revalorizada, que é o seu justo valor à data da revalorização menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subsequentes.

As revalorizações são efetuadas com suficiente regularidade para assegurar que a quantia escriturada não difira materialmente daquela que seria determinada pelo uso do justo valor à data do balanço.

Quando quantia escriturada de um ativo for aumentada como resultado de uma revalorização, o aumento é creditado diretamente ao capital próprio numa conta de excedente de revalorização. O aumento deve ser reconhecido nos resultados até ao ponto em que reverta um decréscimo de revalorização do mesmo ativo previamente reconhecido nos resultados.

Quando a quantia escriturada de um ativo for diminuída como resultado de uma revalorização, a diminuição deve ser reconhecida nos resultados. Contudo, a diminuição deve ser debitada diretamente ao capital próprio até ao limite da quantia de crédito existente no excedente de revalorização com respeito a esse ativo.

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha recta, de uma forma consistente de período a período.

Cada parte de um item do ativo fixo tangível com um custo significativo relativamente ao custo total do item é depreciado separadamente, sendo definida a vida útil e o método de depreciação.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam prontos para utilização.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada no ativo sempre que perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.1.3. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os investimentos financeiros em subsidiárias são registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido proporcionalmente à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

De acordo com este método, a quantia escriturada das participações financeiras é ajustada anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das subsidiárias e associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do período. As participações são ainda ajustadas pelo valor correspondente à participação noutras variações nos capitais próprios dessas empresas, por contrapartida da rubrica “Ajustamentos em ativos financeiros”. Adicionalmente, os dividendos recebidos são registados como uma diminuição da quantia escriturada dos investimentos financeiros.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso dos empréstimos concedidos, ao custo ou custo amortizado. Sempre que existam indícios de que o ativo possa estar em imparidade, é efetuada uma avaliação destes investimentos financeiros, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Os rendimentos obtidos destes investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do período em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

3.1.4. IMPARIDADE DE ATIVOS

A empresa avalia, à data de balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade.

Sempre que a quantia escriturada pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis” ou “Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis”.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alinação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alinação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixas futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alinação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação da imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuiram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

3.1.5. LOCAÇÕES

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação, em que a empresa age como locatário, são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se tal não acontecer.

Nas locações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, os pagamentos mínimos são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

3.1.6. INVENTÁRIOS

As mercadorias e matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas pelo custo ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior, utilizando-se o custo médio como fórmula de custeio.

Se o valor realizável líquido for inferior, designadamente devido à diminuição da cotação do mercado, da deterioração ou obsolescência, da subida dos custos de acabamento ou dos necessários para realizar a venda, justifica-se o reconhecimento de imparidade nos períodos em que as necessidades de ajustamento são constatadas, utilizando o custo de reposição como referencial.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram sendo expressa na demonstração dos resultados como “Imparidade de inventários (perdas/reversões)”. Contudo, a reversão só é efetuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas antes reconhecidas.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

3.1.7. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas.

3.1.8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

3.1.8.1. CRÉDITOS A RECEBER

As dívidas de terceiros são registadas ao custo e apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será

recebido. Para tal, a empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos, ou ainda, a partir do momento em que a empresa tenha em curso ação judicial com vista à cobrança dos seus créditos são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido, eventualmente, do valor do imposto sobre o valor acrescentado a recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, quando existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ou parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura da perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

3.1.8.2. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo.

3.1.8.3. DÍVIDAS A PAGAR

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas ao custo. O seu desconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

3.1.8.4. PASSIVOS FINANCEIROS E INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro.

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio com uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

3.1.8.5. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua responsabilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

3.1.8.6. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Empresa não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

3.1.9. REGIME DE ACRÉSCIMO

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” ou “Diferimentos”.

3.1.10. RÉDITO

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, juros, royalties e dividendos, decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurado, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as

transações fluam para a Empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo. Os dividendos são reconhecidos como ganhos na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

3.1.11. SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com gastos são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “Subsídios à exploração” da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com os ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como Passivos, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

3.1.12. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

As transações em moeda estrangeira encontram-se registadas na moeda funcional (Euro) utilizando as taxas de câmbio à data da sua realização para as converter. Aquando da liquidação dos itens monetários ou à data do balanço, se ocorrer antes, são utilizadas as taxas de câmbio nessa data para reavaliar a quantia em aberto, sendo as diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, apuradas em relação ao valor inicialmente registado e reconhecidas como ganhos ou perdas no período em que a liquidação ou reavaliação ocorre. No entanto, se o valor inicial tiver sido registado em períodos anteriores, a diferença de câmbio é apurada por reporte ao valor transposto pelo uso da taxa de fecho à data do último balanço.

Os itens não monetários mensurados pelo custo histórico, designadamente os inventários, os ativos fixos tangíveis e os intangíveis, mantêm-se expressos, à data de cada balanço, pelas taxas à data da transação.

As diferenças de câmbio positivas relativas à atividade de financiamento são reveladas na demonstração dos resultados como “Juros e rendimentos similares obtidos”, enquanto as negativas são reveladas na rubrica “Juros e gastos similares suportados”. As demais diferenças de câmbio, emergentes de atividades operacionais ou de investimento, integram as rubricas “Outros rendimentos” e “Outros gastos”, no caso de serem positivas e negativas, respetivamente.

3.1.13. IMPOSTO SOBRE RENDIMENTO DO PERÍODO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontram-se corrigidos pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Fiscal, em termos gerais, durante um período de quatro anos, pelo que as declarações relativas aos anos de 2018 a 2021 poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas “CIRC”, a matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados, deduzidos de eventuais reportes de prejuízos, encontram-se sujeita a tributação, na generalidade, a uma taxa de 21%, acrescida de 1,50% a título de derrama e de 3% a 7% a título de derrama estadual sobre a parte do lucro tributável superior a € 1 500 000. Adicionalmente, nas situações previstas no artigo 88.º do CIRC, há ainda lugar a uma tributação autónoma, a taxas que variam entre 5% e 50%, que incidem, exclusivamente, sobre os encargos aí previstos.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O efeito fiscal decorrente de transações ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontram traduzidos nos resultados do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração dos resultados na rubrica “Imposto sobre o rendimento do período”. No entanto, se esses reflexos se produzirem diretamente nos capitais próprios, o efeito fiscal é também reconhecido nos capitais próprios por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.

O imposto corrente é ainda condicionado pelos ajustamentos, positivos ou negativos, que tiverem de ser reconhecidos no período, relativos a impostos correntes de períodos anteriores.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, com exceção do goodwill não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem, quer o lucro contabilístico, quer o fiscal, e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, em empreendimentos conjuntos e associadas, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando for provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por

impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

3.1.14. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, prémios de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão.

Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

3.1.15. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço, quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.1.16. MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.2. JUÍZOS DE VALOR QUE O ÓRGÃO DE GESTÃO FEZ NO PROCESSO DE APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E QUE TIVERAM MAIOR IMPACTE NAS QUANTIAS RECONHECIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, o Concelho de Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 incluem o reconhecimento de acréscimos de gastos e o registo de provisões e perdas por imparidade.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

3.3. PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.4. PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Empresa no quadro do seu plano negócios e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras empresas do sector, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

4. FLUXOS DE CAIXA

4.1. COMENTÁRIO DO ÓRGÃO DE GESTÃO SOBRE A QUANTIA DOS SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES QUE NÃO ESTÃO DISPONÍVEIS PARA USO

Todas as quantias evidenciadas no Balanço a 31 de dezembro de 2021 estão disponíveis para uso.

4.2. DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RUBRICA DE CAIXA E EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS

(valores expressos em euros)

Meios financeiros líquidos	Período 2021				Período 2020			
	Quantias escrituradas no começo do período	Movimentos do período		Quantias escrituradas no fim do período	Quantias escrituradas no começo do período	Movimentos do período		Quantias escrituradas no fim do período
		Débitos	Créditos			Débitos	Créditos	
Caixa	2 670,13	249 303,48	(249 998,66)	1 974,95	3 243,94	293 140,03	(293 713,84)	2 670,13
	2 670,13	249 303,48	(249 998,66)	1 974,95	3 243,94	293 140,03	(293 713,84)	2 670,13
Depósitos à ordem	1 065 203,04	11 619 329,03	(10 104 191,48)	2 580 340,59	781 393,52	12 452 897,79	(12 169 088,27)	1 065 203,04
	1 065 203,04	11 619 329,03	(10 104 191,48)	2 580 340,59	781 393,52	12 452 897,79	(12 169 088,27)	1 065 203,04
Outros depósitos bancários	4 463 649,54	1 000 000,00	(2 500 000,00)	2 963 649,54	4 377 447,54	2 000 000,00	(1 913 798,00)	4 463 649,54
	4 463 649,54	1 000 000,00	(2 500 000,00)	2 963 649,54	4 377 447,54	2 000 000,00	(1 913 798,00)	4 463 649,54
Totais	5 531 522,71	12 868 632,51	(12 854 190,14)	5 545 965,08	5 162 085,00	14 746 037,82	(14 376 600,11)	5 531 522,71

5. PARTES RELACIONADAS

5.1. TRANSAÇÕES E SALDOS PENDENTES ENTRE PARTES RELACIONADAS

São as seguintes as entidades que direta ou indiretamente participam no capital da entidade:

Entidades que direta ou indiretamente participam no capital da entidade			NIF das entidades participantes	Sede social das entidades participantes		Participações das entidades participantes no capital social da entidade		Percentagem dos direitos de voto da entidade detidos pelas entidades participantes	Datas de início das participações no capital social da entidade
				País	Localidade	Valor	Percentagem		
Período 2021	Participantes diretas	CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	509364390	Portugal	Évora	600.000,00	60,00%	60,00%	
		Biosmart - Soluções Ambientais, S.A.	503956112	Portugal	Santa Catarina da Serra	400.000,00	40,00%	40,00%	
		Totais				1.000.000,00	100,00%	100,00%	
Período 2020	Participantes diretas	CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	509364390	Portugal	Évora	600.000,00	60,00%	60,00%	
		Biosmart - Soluções Ambientais, S.A.	503956112	Portugal	Santa Catarina da Serra	400.000,00	40,00%	40,00%	
		Totais				1.000.000,00	100,00%	100,00%	

No exercício de 2021 foram distribuídos e pagos 295.000,00 euros de dividendos:

- 177.000,00 à CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central e,

- 118.000,00 euros à Biosmart - Soluções Ambientais, S.A.

No exercício de 2020 foram distribuídos e pagos 118.700,00 euros de dividendos:

- 71.200,00 à CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central e,
- 47.500,00 euros à Biosmart - Soluções Ambientais, S.A.

O vogal do Conselho de Administração que assume a representação da Biosmart- Soluções Ambientais, S.A. recebe um valor de senhas de presenças e despesas de deslocação que totalizou em 2021 o valor de 294,00€ e em 2020 o valor de 1.176,00€, integralmente faturados e liquidados em cada um dos exercícios.

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

6.1. DIVULGAÇÕES PARA CADA CLASSE DE ATIVOS INTANGÍVEIS

a) As amortizações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

Métodos de amortização, vidas úteis e taxas de amortização usadas nos ativos intangíveis		Programas de computador	Outros ativos intangíveis
		Outros	Outros
Finitas	Vidas úteis	3	70
	Taxas de amortização	33,33%	1,43%
	Métodos de amortização	Quotas constantes	Quotas constantes

b) Os elementos dos ativos intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados pelo método da linha recta.

c) As quantias brutas escrituradas, as amortizações acumuladas no começo e fim do período e a reconciliação das quantias escrituradas no começo e fim do período, e os movimentos na rubrica ativos intangíveis durante os exercícios de 2021 e 2020 são como se segue:

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas e movimentos do período em ativos intangíveis com vida útil finita		Programas de computador	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Totais	
Em 01.01.2020	Quantias brutas escrituradas	52 254,23	34 140,32		86 394,55	
	Amortizações acumuladas	(44 401,81)	(2 058,63)		(46 460,44)	
	Quantias líquidas escrituradas	7 852,42	32 081,69		39 934,11	
Movimentos do período 2020	Adições	Aquisições em 1.ª mão	4 950,00		73 624,68	78 574,68
	Amortizações	Aumentos de amortizações	(6 837,83)	(484,79)		(7 322,62)
Em 31.12.2020 (01.01.2021)	Quantias brutas escrituradas	57 204,23	34 140,32	73 624,68	164 969,23	
	Amortizações acumuladas	(51 239,64)	(2 543,42)		(53 783,06)	
	Quantias líquidas escrituradas	5 964,59	31 596,90	73 624,68	111 186,17	
Movimentos do período 2021	Adições	Aquisições em 1.ª mão	2 068,20			2 068,20
	Amortizações	Aumentos de amortizações	(3 262,95)	(484,79)		(3 747,74)
Em 31.12.2021	Quantias brutas escrituradas	59 272,43	34 140,32	73 624,68	167 037,43	
	Amortizações acumuladas	(54 502,59)	(3 028,21)		(57 530,80)	
	Quantias líquidas escrituradas	4 769,84	31 112,11	73 624,68	109 506,63	

d) O valor das amortizações relativas a ativos intangíveis incluídas na rubrica “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” da demonstração dos resultados ascende a:

(valores expressos em euros)

Quantias das amortizações de ativos intangíveis incluídas em cada uma das linhas das demonstrações dos resultados - Período de 2021		Programas de computador	Outros ativos intangíveis	Totais
		Outros	Outros	
Demonstração dos resultados por naturezas	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3 262,95	484,79	3 747,74

Quantias das amortizações de ativos intangíveis incluídas em cada uma das linhas das demonstrações dos resultados - Período de 2020		Programas de computador	Outros ativos intangíveis	Totais
		Outros	Outros	
Demonstração dos resultados por naturezas	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 837,83	484,79	7 322,62

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

7.1. DIVULGAÇÕES SOBRE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

a) Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo do custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Método de depreciações usado

A empresa deprecia os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha recta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de depreciação médias:

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos ativos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis
Vidas úteis	19	50, 20, 19, 16, 12, 10, 8, 4	20, 16, 10, 12, 8, 7, 6, 5, 4, 3	10, 5, 4	10, 8, 5, 3	12, 8, 4, 3
Taxas de depreciação	5,26%	2%, 5%, 5,26%, 6,25%, 8,33%, 10%, 12,5%, 25,00%	5%, 6,25%, 8,33%, 10%, 12,50%, 14,28%, 16,66%, 20%, 25%, 33,33%	10%, 20%, 25%	10%, 12,5%, 20%, 33,33%	8,33%, 12,5%, 25%, 33,33%
Métodos de depreciação	Quotas constantes	Quotas constantes	Quotas constantes	Quotas constantes	Quotas constantes	Quotas constantes

c) As quantias brutas escrituradas, as depreciações acumuladas, no início e no fim do período, e a reconciliação das quantias escrituradas no início e no fim do período, e os movimentos na rubrica ativos fixos tangíveis durante os exercícios de 2021 e 2020 são como se segue:

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas e movimentos do período em ativos fixos tangíveis		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Totais	
Em 01.01.2020	Quantias brutas escrituradas	209 143,86	16 992 546,34	16 895 439,41	5 037 128,36	242 729,26	149 392,38		39 526 379,61	
	Depreciações acumuladas	(178 999,96)	(11 370 950,79)	(9 418 176,03)	(3 997 687,44)	(229 224,21)	(147 042,10)		(25 342 080,53)	
	Quantias líquidas escrituradas	30 143,90	5 621 595,55	7 477 263,38	1 039 440,92	13 505,05	2 350,28		14 184 299,08	
Movimentos do período 2020	Adições		Aquisições em 1.ª mão	15 950,00	186 181,27	250 350,23	8 666,39	3 450,48	119 992,94	584 591,31
	Transferências		De ativos fixos tangíveis em curso		80 450,14		863,64	21 827,00	(103 140,78)	
	Diminuições		Alienações				(135 000,14)			(135 000,14)
			Abates			(4 164,00)				(4 164,00)
	Depreciações		Aumentos de depreciações	(10 009,92)	(477 056,37)	(797 317,02)	(373 426,55)	(5 625,17)	(1 318,89)	
		Diminuições por alienações e abates e transferências			3 686,42					3 686,42
Em 31.12.2020 (01.01.2021)	Quantias brutas escrituradas	209 143,86	17 008 496,34	17 157 906,82	5 152 478,45	252 259,29	174 669,86	16 852,16	39 971 806,78	
	Depreciações acumuladas	(189 009,88)	(11 848 007,16)	(10 211 806,63)	(4 236 113,85)	(234 849,38)	(148 360,99)		(26 868 147,89)	
	Quantias líquidas escrituradas	20 133,98	5 160 489,18	6 946 100,19	916 364,60	17 409,91	26 308,87	16 852,16	13 103 658,89	
Movimentos do período 2021	Adições		Aquisições em 1.ª mão		258 003,26	391 580,00	16 692,06	646,39		1 317 632,99
	Transferências		De ativos fixos tangíveis em curso	168 880,96	405 278,77				(574 159,73)	
	Diminuições		Alienações							
			Abates			(13 195,00)				(13 195,00)
	Depreciações		Aumentos de depreciações	(10 009,92)	(457 396,02)	(843 728,64)	(354 477,99)	(7 166,37)	(4 290,51)	
		Diminuições por alienações e abates e transferências			13 195,00					13 195,00
Em 31.12.2021	Quantias brutas escrituradas	209 143,86	17 177 377,30	17 807 993,85	5 544 058,45	268 951,35	175 316,25	93 403,71	41 276 244,77	
	Depreciações acumuladas	(199 019,80)	(12 305 403,18)	(11 042 340,27)	(4 590 591,84)	(242 015,75)	(152 651,50)		(28 532 022,34)	
	Quantias líquidas escrituradas	10 124,06	4 871 974,12	6 765 653,58	953 466,61	26 935,60	22 664,75	93 403,71	12 744 222,43	

7.2. DEPRECIÇÕES, RECONHECIDAS NOS RESULTADOS OU COMO PARTE DE UM CUSTO DE OUTROS ATIVOS, DURANTE UM PERÍODO

(valores expressos em euros)

Depreciações reconhecidas nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Totais
Período 2021	Depreciações reconhecidas nos resultados	10 009,92	457 396,02	843 728,64	354 477,99	7 166,37	4 290,51	1 677 069,45
	Totais	10 009,92	457 396,02	843 728,64	354 477,99	7 166,37	4 290,51	1 677 069,45
Período 2020	Depreciações reconhecidas nos resultados	10 009,92	477 056,37	797 317,02	373 426,55	5 625,17	1 318,89	1 664 753,92
	Totais	10 009,92	477 056,37	797 317,02	373 426,55	5 625,17	1 318,89	1 664 753,92

8. CUSTOS DE EMPRÉSTIMO OBTIDOS

8.1. POLÍTICA CONTABILÍSTICA ADOTADA NOS CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em que estes encargos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

Os financiamentos obtidos em 31/12/2021 e em 31/12/2020, e respetivas taxas de juro e garantias prestadas, todos contratados na moeda de apresentação, são detalhados conforme se segue:

(valores expressos em euros)

Período 2021					
Entidade Financiadora		Produto	Limite	Montante Utilizado / em dívida	
				Corrente	Não corrente
Instituições financeiras					
Empréstimos bancários	IFDR - QREN Empréstimo-quadro - Banco Europeu de Investimento (BEI)	Médio e longo prazo	4 086 189,25	140 623,78	789 812,09
Subtotal			4 086 189,25	140 623,78	789 812,09

(valores expressos em euros)

Período 2020					
Entidade Financiadora		Produto	Limite	Montante Utilizado / em dívida	
				Corrente	Não corrente
Instituições financeiras					
Empréstimos bancários	IFDR - QREN Empréstimo-quadro - Banco Europeu de Investimento (BEI)	Médio e longo prazo	4 086 189,25	135 344,03	930 435,85
Subtotal			4 086 189,25	135 344,03	930 435,85

	Entidade Financiadora	Produto	Vencimento	Tipo de amortização	Taxa de juro (Spread/Indexante)	Garantias
Instituições financeiras						
Empréstimos bancários	IFDR - QREN Empréstimo-quadro - Banco Europeu de Investimento (BEI)	Médio e longo prazo	31/12/2027	rendas constantes, reembolso semestral	3,90%	Consignação da totalidade das receitas que na qualidade de vendedor para si resultam dos contratos celebrados com os Municípios de Arraiolos, Estremoz e Reguengos de Monsaraz
Subtotal						

A parcela classificada como não corrente em 31/12/2021 e em 31/12/2020 tem o seguinte plano de reembolso definido:

(valores expressos em euros)

Ano	Período 2021		Período 2020	
	Capital	Juros	Capital	Juros
2021			135 344,03	39 883,51
2022	140 533,78	34 603,74	140 623,80	34 603,74
2023	148 932,11	29 118,02	146 109,53	29 118,01
2024	151 809,24	23 418,28	151 809,27	23 417,57
2025	157 731,32	17 496,20	157 731,34	17 496,20
2026	163 884,41	11 343,11	163 884,45	11 343,09
2027	170 277,62	4 949,97	170 277,46	4 949,97

9. IMPARIDADE DE ATIVOS

9.1. QUANTIAS DAS PERDAS POR IMPARIDADE E RESPETIVAS REVERSÕES INCLUÍDAS EM CADA UMA DAS LINHAS DAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

(valores expressos em euros)

Quantias das perdas por imparidade e respetivas reversões reconhecidas durante o período			Clientes	Totais
Período 2021	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Aumentos	(108 669,02)	(108 669,02)
		Reversões	5 919,20	5 919,20
		Totais	(102 749,82)	(102 749,82)
Período 2020	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Aumentos	(7 661,52)	(7 661,52)
		Reversões	3 475,85	3 475,85
		Totais	(4 185,67)	(4 185,67)

9.2. RECONCILIAÇÃO ENTRE AS QUANTIAS BRUTAS E AS QUANTIAS LÍQUIDAS POR CLASSE DE ATIVOS SUJEITOS A PERDAS DE IMPARIDADE

(valores expressos em euros)

Reconciliação entre as quantias brutas e as quantias líquidas por classe de ativos sujeitos a perdas de imparidade	Período 2021			Período 2020		
	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas
Clientes	1 515 730,31	(391 892,70)	1 123 837,61	1 456 418,36	(289 142,88)	1 167 275,48
Totais	1 515 730,31	(391 892,70)	1 123 837,61	1 456 418,36	(289 142,88)	1 167 275,48

10. INVENTÁRIOS

10.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOTADAS NA MENSURAÇÃO DOS INVENTÁRIOS E FÓRMULA DE CUSTEIO USADA

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes.

Os produtos e os trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui os custos dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento nem gastos administrativos.

10.2. QUANTIA TOTAL ESCRITURADA DE INVENTÁRIOS E QUANTIA ESCRITURADA EM CLASSIFICAÇÕES APROPRIADAS

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de inventários		Inventários de produção		Totais
		Produtos e trabalhos em curso	Subtotais	
31.12.2021	Inventários armazenados na empresa	64 308,11	64 308,11	64 308,11
	Totais	64 308,11	64 308,11	64 308,11
31.12.2020	Inventários armazenados na empresa	108 041,46	108 041,46	108 041,46
	Totais	108 041,46	108 041,46	108 041,46

10.3. QUANTIA DE INVENTÁRIOS RECONHECIDA COMO UM GASTO DURANTE O PERÍODO

(valores expressos em euros)

Quantias reconhecidas como gastos (rendimentos) durante o período com relação aos inventários da produção			Período 2021		Período 2020		
			Produtos e trabalhos em curso	Totais	Produtos e trabalhos em curso	Totais	
Demonstração das variações nos	Inventários no começo do período	-	108 041,46	108 041,46	104 854,73	104 854,73	
	Inventários no fim do período	+	64 308,11	64 308,11	108 041,46	108 041,46	
	Variações nos inventários da produção	=	(43 733,35)	(43 733,35)	3 186,73	3 186,73	
Totais			=	(43 733,35)	(43 733,35)	3 186,73	3 186,73

11. RÉDITO
11.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOTADAS PARA O RECONHECIMENTO DO RÉDITO INCLUINDO OS MÉTODOS ADOTADOS PARA DETERMINAR A FASE DE ACABAMENTO DE TRANSAÇÕES QUE ENVOLVEM A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros abatimentos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

11.2. QUANTIA DE CADA CATEGORIA SIGNIFICATIVA DE RÉDITO RECONHECIDA DURANTE O PERÍODO

(valores expressos em euros)

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período 2021			Período 2020		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Varição percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Varição percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Venda de bens	1 650 050,84	26,56%	24,19%	1.328.622,89	23,82%	9,93%
Prestação de serviços	4 560 144,53	73,40%	7,42%	4.245.195,36	76,12%	8,67%
Juros	2 283,40	0,04%	(34,44%)	3.482,75	0,06%	(81,52%)
Totais	6 212 478,77	100,00%	11,39%	5.577.301,00	100,00%	8,64%

12. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

A Empresa reconhece uma provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação e que possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, ocorreram os seguintes movimentos relativos a provisões:

Provisões		Matérias ambientais	Totais
Acumuladas em 01.01.2020		3 672 764,94	3 672 764,94
Reduções	Quantias revertidas no período	(179 840,50)	(179 840,50)
Acumuladas em 31.12.2020 (01.01.2021)		3 492 924,44	3 492 924,44
Reduções	Quantias revertidas no período	(13 132,37)	(13 132,37)
Acumuladas em 31.12.2021		3 479 792,07	3 479 792,07

Responsabilidades finais da sociedade:

O processo nº CO/000908/14, que corre termos na Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar do Ambiente e do Ordenamento do Território, mostra-se em fase de instrução, e tem por objeto factos suscetíveis de integrar duas contraordenações ambientais leves, puníveis com coimas de valor entre 3.000,00€ e 22.500€.

Para o processo nº C/001010/18, na Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT), foi proferida decisão de aplicação de coima no valor de € 24.000,00€ acrescido de custas no valor de € 75,00. A decisão vai ser objeto de impugnação judicial.

Está ainda pendente, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, o processo que aí corre sob o nº 139/21.9BEBJA, em que é Autora a sociedade Noite e Dia - Vigilância, Lda e Ré a Gesamb. Neste processo é peticionada a anulação de atos praticados no âmbito do procedimento de contratação pública, e do próprio contrato celebrado (Contrato de Aquisição de Vigilância e Segurança nas Instalações da Gesamb em Évora). Não é possível estimar o valor das eventuais responsabilidades da Gesamb no âmbito do processo, dado que nenhum pedido foi formulado, com expressão pecuniária.

A entidade não identifica outros passivos e/ou ativos contingentes.

13. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

13.1. POLÍTICA CONTABILÍSTICA ADOTADA PARA OS SUBSÍDIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios das entidades públicas apresentados nas demonstrações financeiras, tratam-se de subsídios ao investimento não reembolsáveis, relacionados com Ativos depreciáveis e, como tal, reconhecidos no Capital Próprio (conta 593 – Outras variações no capital próprio), e imputados a rendimentos na proporção das depreciações praticadas.

Por outro lado, encontram-se deduzidos do respetivo ajustamento em subsídios à taxa futura de IRC.

Existem igualmente subsídios governamentais - subsídios à exploração – que estão reconhecidos separadamente na Demonstração dos Resultados de acordo com o regime de acréscimo.

13.2. NATUREZA E EXTENSÃO DOS SUBSÍDIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS RECONHECIDOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E INDICAÇÃO DAS ENTIDADES PÚBLICAS DE QUE DIRETAMENTE SE BENEFICIOU

(valores expressos em euros)

Relação dos subsídios obtidos			Medida de incentivo				Quantias concedidas		
			Medida	Entidade concedente	Objeto do incentivo	Forma de concessão	Já recebidas	Por receber	Total
Não reembolsáveis	Subsídios ao investimento	Inalentejo POVT 40	POVT	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Maximização da recolha seletiva e triagem na área do SIRSU de Évora	Não reembolsável	316 598,17		316 598,17
		POVT 9 - TMB	POVT	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos (TMB) dos Sistemas GESAMB, AMCAL, e RESIALENTEJO (Gesamb-56,64%)	Não reembolsável	14 489 840,81		14 489 840,81
		Inalentejo 2010 - POVT 31	POVT	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Maximização da recolha seletiva e aplicação de MTD no Aterro Sanitário de Évora	Não reembolsável	341 536,62		341 536,62
		Inalentejo Cand. Con junta	POVT	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Operação conjunta com vista à prevenção, otimização da rec. Seletiva e sensibilização (Gesamb, Amcal e Resialentejo)	Não reembolsável	744 850,04		744 850,04
		Altercexa II	POCTEP	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Medidas de Adaptación y Mitigación al Cambio Climático a través del impulso de las Energías Alternativas en Centro, Extremadura y Alentejo (Fase II) (Gesamb, entidades portuguesas e espanholas)	Não reembolsável	138 337,43		138 337,43
		TGR 032 - RCD	APA	APA	Sistema de Gestão de Resíduos de construção e Demolição da GESAMB	Não reembolsável		36 618,54	36 618,54
		POVT - CDR 023	POVT	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Infraestruturas Complementares aos TMB da GESAMB, Resialentejo e AMCAL (Gesamb-56,64%)	Não reembolsável	2 777 774,48		2 777 774,48
		ECO2CIR	POCTEP	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	OE6F - Incrementar los niveles de eficiencia en la utilización de los recursos naturales para contribuir al desarrollo de la economía verde en el espacio de cooperación	Não reembolsável	24 150,00		24 150,00
		FUNDO AMBIENTAL	Fundo Ambiental	Secretaria Geral do Ministério do Ambiente	Apoio à aquisição de veículos elétricos nos sistemas multimunicipais e intermunicipais de água, saneamento e resíduos	Não reembolsável	21 500,00		21 500,00

Relação dos subsídios obtidos			Medida de incentivo			Quantias concedidas			
			Medida	Entidade concedente	Objeto do incentivo	Forma de concessão	Já recebidas	Por receber	Total
Não reembolsáveis	Subsídios ao investimento	POSEUR-76 - Recolha Seletiva	POSEUR	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Otimização e reforço da rede de recolha seletiva	Não reembolsável	547 739,99	0,04	547 740,03
		POSEUR-89 - TMB	POSEUR	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Otimização do tratamento mecânico e biológico (TMB) de Beja e Évora	Não reembolsável	258 454,98	13 007,19	271 462,17
		POSEUR-146 - Inovação	POSEUR	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Sistema Piloto de RS Porta-a-Porta de RUB e Otimização de Circuitos de RS Multimaterial	Não reembolsável	435 336,49	40 877,64	476 214,13
		POSEUR-185 - Inov II	POSEUR	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Valorização dos resíduos, reduzindo a produção e deposição em aterro, aumentando a RS e a reciclagem	Não reembolsável	467 778,66	34 571,34	502 350,00
		MoveTe	Fundo Ambiental	Secretaria Geral do Ministério do Ambiente	Edu Move-te: Educar para a mobilidade sustentável	Não reembolsável	18 852,95		18 852,95
		POSEUR-264	POSEUR	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Évora+Verde - Recolha seletiva de biorresíduos	Não reembolsável	133 103,71	77 586,02	210 689,73
		POSEUR-268	POSEUR	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Re-Planta - Compostagem doméstica e comunitária	Não reembolsável	61 395,35	240 868,33	302 263,68
		POSEUR-289	POSEUR	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Valorização de Biorresíduos	Não reembolsável	71 205,00	1 057 545,00	1 128 750,00
		Subtotais					20 848 454,68	1 501 074,09	22 349 528,77
	Subsídios à exploração	ECO2CIR	POCTEP	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	OE6F - Incrementar los niveles de eficiencia en la utilización de los recursos naturales para contribuir al desarrollo de la economía verde en el espacio de cooperación	Não reembolsável	35 850,00		35 850,00
SECASOL		POCTEP	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Fomento de tecnologías innovadoras para la mejora de la eficiencia en el proceso de secado de los lodos provenientes del sector Depuración de Aguas Residuales y de secado de RSU de en los procesos industriales de tratamiento de residuos mediante el uso de Tec. Solares de Concentración en la región Andalucía-Algarve-Alentejo	Não reembolsável	13 329,78		13 329,78	

Relação dos subsídios obtidos		Medida de incentivo			Quantias concedidas				
		Medida	Entidade concedente	Objeto do incentivo	Forma de concessão	Já recebidas	Por receber	Total	
Não reembolsáveis	Subsídios à exploração	POSEUR-76 - Recolha Seletiva	POSEUR	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Otimização e reforço da rede de recolha seletiva	Não reembolsável	13 023,49	30 938,01	43 961,50
		POSEUR-146 - Inovação	POSEUR	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Implementação de Sistema Piloto de Recolha Seletiva Porta-a-Porta de RUB e Otimização de Circuitos de Recolha Seletiva Multimateria	Não reembolsável	31 875,00		31 875,00
		POSEUR-89 - TMB	POSEUR	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Otimização do tratamento mecânico e biológico (TMB) de Beja e Évora	Não reembolsável	429,57	5 433,31	5 862,88
		POSEUR-119 - Sensibilização	POSEUR	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Para amanhã sorrir vamos hoje prevenir!	Não reembolsável	93 524,40	4 922,34	98 446,74
		PlaCarvões	Fundo Ambiental	Secretaria Geral do Ministério do Ambiente	Repensar os plásticos na economia: desenhar, usar, regenerar	Não reembolsável	1 369,67		1 369,67
		POSEUR-185 - Inov II	POSEUR	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Valorização dos resíduos, reduzindo a produção e deposição em aterro, aumentando a recolha seletiva e a reciclagem	Não reembolsável		34 000,00	34 000,00
		MoveTe	Fundo Ambiental	Secretaria Geral do Ministério do Ambiente	Edu Move-te: Educar para a mobilidade sustentável	Não reembolsável	26 662,87		26 662,87
		POSEUR-264	POSEUR	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Évora+Verde - Recolha seletiva de biorresíduos	Não reembolsável	11 475,00	82 025,00	93 500,00
		POSEUR-268	POSEUR	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Re-Planta - Compostagem doméstica e comunitária	Não reembolsável	27 412,50	44 591,03	72 003,53
		POSEUR-289	POSEUR	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Valorização de Biorresíduos	Não reembolsável		1 500,00	1 500,00
SPV 2021	SPV	Sociedade Ponto Verde	Ações de comunicação e sensibilização	Não reembolsável	10 080,00	10 080,00	20 160,00		
Subtotais						265 032,28	213 489,69	478 521,96	
Totais						21 113 486,95	1 714 563,78	22 828 050,74	

(valores expressos em euros)

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço		Período 2021			Período 2020		
		Demonstração dos resultados		Balanço	Demonstração dos resultados		Balanço
		Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	AMDE - 1ª Trf	36 417,78	240 983,11		40 892,26	277 400,89
		AMDE - 2ª Trf				12 544,29	
		POVT 9 - TMB	502 237,25	4 524 792,04		517 492,02	5 027 029,29
		Inalentejo 2010 - POVT 31	3 408,69			5 843,30	3 408,69
		Altercexa II	9 707,09	24 121,50		9 707,09	33 828,59
		TGR 032 - RCD	12 301,50	22 552,75		12 301,50	34 854,25
		POVT - CDR 023	77 415,99	808 080,41		96 617,95	885 496,40
		ECO2CIR	4 830,00	8 855,00		4 830,00	13 685,00
		FUNDO AMBIENTAL	4 927,08			5 375,00	4 927,08
		POSEUR-76 - Recolha Seletiva	89 143,91	180 816,26		95 754,06	268 422,68
		POSEUR-89 - TMB	25 515,33	208 117,27		25 610,45	233 632,60
		POSEUR-146 - Inovação	87 197,84	265 538,58		87 067,05	352 736,42
		POSEUR-185 - Inov II	46 925,46	438 500,89		16 923,65	485 426,35
		Fundo Ambiental - Move-te	4 713,24	7 462,62		4 713,24	12 175,86
		POSEUR-264	17 164,29	192 770,46		838,87	214 884,05
	POSEUR-268	2 142,28	300 121,40			365 519,96	
	POSEUR-289	4 747,00	1 124 003,00				
	Subtotais	928 794,73	8 346 715,29		936 510,73	8 213 428,11	
	Subsídios relacionados com resultados	SECASOL				1 694,81	
		POSEUR-146				27 820,50	
		POSEUR-185	5 095,96			9 770,90	
		POSEUR-264	47 005,00			6 375,00	
		POSEUR-268	28 050,00				
		Subtotais	80 150,96			45 661,21	
	Totais		80 150,96	928 794,73	8 346 715,29	45 661,21	936 510,73

13.3. AS EVIDÊNCIAS QUE PERMITAM CONCLUIR QUE A ENTIDADE CUMPRIU OU IRÁ CUMPRIR AS CONDIÇÕES ASSOCIADAS À ATRIBUIÇÃO DO SUBSÍDIO E QUE ESTE SERÁ RECEBIDO E AS CONDIÇÕES AINDA NÃO SATISFEITAS E OUTRAS CONTINGÊNCIAS LIGADAS AO APOIO DAS ENTIDADES PÚBLICAS QUE FORAM RECONHECIDAS.

As condições necessárias à satisfação das disposições contratuais contantes dos acordos firmados com as entidades para a concessão dos subsídios discriminados no ponto anterior deste anexo estão a ser cumpridas, não sendo previsível qualquer alteração deste quadro até ao termo dos contratos respetivos.

14. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

14.1. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 28 de abril 2022.

14.2. INDICAÇÃO SOBRE SE FORAM RECEBIDAS INFORMAÇÕES APÓS A DATA DO BALANÇO ACERCA DE CONDIÇÕES QUE EXISTIAM À DATA DO BALANÇO. EM CASO AFIRMATIVO, INDICAÇÃO SOBRE SE, FACE ÀS NOVAS INFORMAÇÕES, FORAM ATUALIZADAS AS DIVULGAÇÕES QUE SE RELACIONAM COM ESSAS CONDIÇÕES

Não foram recebidas informações relevantes que justificassem a alteração das divulgações já efetuadas.

14.3. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO QUE NÃO DERAM LUGAR A AJUSTAMENTOS

Não ocorreram acontecimentos relevantes após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos.

Não obstante o descrito anteriormente, importa referir que em consequência dos efeitos macroeconómicos do Covid-19 na economia mundial e europeia, entretanto agravados com o início do conflito na Ucrânia, a entidade tem vindo a registar significativos pressões sobre os seus custos de exploração, nomeadamente nos gastos de energia, de combustíveis e de materiais importados pelos seus fornecedores habituais essenciais à manutenção das suas infraestruturas.

Os aumentos de preços já registados, e os entretanto anunciados, têm vindo a ser acompanhados pelo órgão de gestão, sobretudo com o propósito de encontrar meios e fornecimentos alternativos, com vista a minorar o impacto de tais aumentos.

Os aumentos de preços, não comprometendo a situação económica e financeira, continuidade das operações, os compromissos financeiros assumidos e nem perspetivando qualquer redução do valor recuperável dos ativos da empresa, podem, porém, justificar a necessidade de ajustamento ao orçamento e ao plano de negócios da entidade para o ano em curso e seguintes.

15. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

15.1. PRINCIPAIS COMPONENTES DE GASTO/RENDIMENTO DE IMPOSTOS

(valores expressos em euros)

Quantias dos principais componentes de (gasto)/rendimento de impostos			Período 2021		Período 2020	
			Demonstração dos resultados	Totais	Demonstração dos resultados	Totais
Imposto sobre o rendimento do período	Imposto corrente	2	125 060,21	125 060,21	122 153,71	122 153,71
	(Gastos)/rendimentos por impostos diferidos		(4 650,22)	(4 650,22)	6 346,54	6 346,54
	De diferenças temporárias					
	Imposto diferido	3	(4 650,22)	(4 650,22)	6.346,54	6 346,54
Imposto sobre o rendimento do período		4 = 2 + 3	120 409,99	120 409,99	128 500,25	128 500,25
Totais		5 = 1 + 4	120 409,99	120 409,99	128 500,25	128 500,25

15.2. IMPOSTO DIFERIDO

No termo do período de 2020 foram reconhecidos ativos por impostos diferidos relativamente às quantias das perdas por imparidade reconhecidas em clientes, não aceites em termos fiscais, no montante de 27.334,89 euros, considerando a taxa futura de IRC acrescida de derrama (21% + 1,5%), ao que correspondeu o montante em ativos por impostos diferidos 6.150,35 euros.

No termo do período de 2021 foram reconhecidos ativos por impostos diferidos relativamente às quantias das perdas por imparidade reconhecidas em clientes, não aceites em termos fiscais, no montante de 48.002,55 euros, considerando a taxa futura de IRC acrescida de derrama (21% + 1,5%), ao que correspondeu o montante em ativos por impostos diferidos 10.800,57 euros.

No termo do período de 2020 foi ajustado o Subsídio ao investimento à taxa futura de IRC acrescida de derrama (21% + 1,5%). Este ajustamento não teve impacto direto nos resultados, sendo o seu cálculo justificado conforme segue: 8.213.428,11 € (total de subsídio ao investimento reconhecido) * 22,5% = 1.848.021,32 €.

No termo do período de 2021 foi ajustado o Subsídio ao investimento à taxa futura de IRC acrescida de derrama (21% + 1,5%). Este ajustamento não teve impacto direto nos resultados, sendo o seu cálculo justificado conforme segue: 8.346.715,29 € (total de subsídio ao investimento reconhecido) * 22,5% = 1.878.010,54 €.

15.3. RELACIONAMENTO ENTRE GASTO (RENDIMENTO) DE IMPOSTOS E LUCRO CONTABILÍSTICO

(valores expressos em euros)

Demonstração do relacionamento entre o lucro contabilístico e os gastos/(rendimentos) de impostos				Período 2021			Período 2020				
		Base	Imposto	Base	Taxa	Imposto	Base	Taxa	Imposto		
Produto do lucro contabilístico (Resultado antes de impostos) multiplicado pela(s) taxa(s) de imposto aplicável(eis)	Resultado líquido do período		1	-	388 149,44			393 122,38			
	Gastos/(rendimentos) de impostos		2	-	120 409,99			128 500,25			
	Resultado antes de impostos		3 = 1 + 2	3	508 559,43	21,00%	106 797,48	521 622,63	21,00%	109 540,75	
Ajustamentos para o lucro tributável	Diferenças definitivas	A acrescentar	...	4	24 890,00	21,00%	5 226,90	45 282,21	21,00%	9.509,26	
		A deduzir	...	5	(9 386,10)	21,00%	(1 971,08)	(4 254,12)	21,00%	(893,37)	
	Diferenças temporárias	A acrescentar	...	6	48 002,55	21,00%	10 080,55	27 334,89	21,00%	5.740,34	
		A deduzir	...	7	(27 334,89)	21,00%	(5 740,33)	(55 541,74)	21,00%	(11 663,77)	
Lucro/(Prejuízo fiscal)				8 = 3 + 4 - 5 + 6 - 7	544 730,99	21,00%	114 393,51	534 443,87	21,00%	112 233,21	
Matéria coletável / coleta				10 = 8 - 9	544 730,99	21,00%	114 393,51	534 443,87	21,00%	112 233,21	
Outras componentes do imposto		Tributação autónoma		12	2 495,74	100,00%	2 495,74	1 903,84	100,00%	1 903,84	
		Derrama		12	8 170,96	100,00%	8 170,96	8 016,66	100,00%	8 016,66	
	Imposto corrente		3	13 = 10 - 11 + 12	508 559,43	24,59%	125 060,21	521 622,63	23,42%	122 153,71	
	Imposto diferido			Δ dos ativos e dos passivos diferidos	14	(4 650,22)	100,00%	(4 650,22)	6 346,54	100,00%	6 346,54
Gastos/(rendimentos) de impostos e taxa efetiva média				3	16 = 13 - 14 - 15	508 559,43	23,68%	120 409,99	521 622,63	24,63%	128 500,25

15.4. EXPLICAÇÃO DE ALTERAÇÕES NA TAXA(S) DE IMPOSTO APLICÁVEL COMPARADA COM O PERÍODO CONTABILÍSTICO ANTERIOR

O imposto sobre o rendimento no período, de 120.409,99 euros, encontra-se no limiar do valor registado em 2020 de 128.500,25 euros. As taxas efetivas de imposto de 23,68% em 2021 e de 24,63% em 2020, ambas no mesmo limiar, expressam que não existem diferenças relevantes na tributação da entidade de um período para o outro.

16. MATÉRIAS AMBIENTAIS

16.1. INFORMAÇÃO SOBRE AS PROVISÕES DE CARATER AMBIENTAL

Nos termos do Decreto-Lei n.º 183/2009, de 10 de agosto, que estabelecia o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e os requisitos gerais a observar na conceção, construção, exploração, encerramento e pós-encerramento de aterros, e no seu artigo 42º determinava as obrigações do operador quanto ao encerramento, manutenção e controlo na fase pós-encerramento

do aterro sanitário, a entidade tem constituída uma provisão acumulada que ascende a 31/12/2021 a 3.479.792,07 €.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

17.1. BASES DE MENSURAÇÃO UTILIZADAS PARA OS INSTRUMENTOS FINANCEIROS E OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS UTILIZADAS PARA A CONTABILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS RELEVANTES PARA A COMPREENSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Instrumentos financeiros mensurados ao custo:

- Clientes (menos imparidades)
- Fornecedores
- Outros créditos a receber (menos imparidades)
- Outras dívidas a pagar
- Financiamentos obtidos

17.2. QUANTIAS ESCRITURADAS DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Quantias escrituradas dos instrumentos financeiros		Período 2021			Período 2020		
		31.12.2021		Quantias escrituradas no reconhecimento inicial	31.12.2020		Quantias escrituradas no reconhecimento inicial
[Exceto (i) investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, (ii) direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados, e (iii) direitos no âmbito de contratos de seguros ou no âmbito de contratos de locações a não ser que estes contratos resultem numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com: (a) alterações no risco segurado/alterações no preço do bem locado, (b) alterações na taxa de câmbio ou (c) entrada em incumprimento de uma das partes]		Quantias brutas escrituradas dos instrumentos financeiros	Quantias líquidas escrituradas		Quantias brutas escrituradas dos instrumentos financeiros	Quantias líquidas escrituradas	
		Mensurados ao custo			Mensurados ao custo		
Clientes	Conta corrente	1 515 730,31	1 123 837,61	1 167 275,48	1 456 418,36	1 167 275,48	1 053 780,87
	Subtotais	1 515 730,31	1 123 837,61	1 167 275,48	1 456 418,36	1 167 275,48	1 053 780,87
Outras contas a receber	Fornecedores (saldos Devedores)	16 689,97	16 689,97	24 332,04	24 332,04	24 332,04	23 522,04
	Fornecedores de investimentos (saldos Devedores)	270,00	270,00	270,00	270,00	270,00	1 469,00
	Juros a receber	876,05	876,05	623,83	623,83	623,83	8 136,52
	Outros devedores por acréscimos de rendimentos	170 979,57	170 979,57	145 391,72	145 391,72	145 391,72	82 613,39
	POSEUR-119 - Sensibilização	4 922,34	4 922,34	19 430,96	19 430,96	19 430,96	26 363,25
	APA TGR 032 -RCD	36 618,54	36 618,54	36 618,54	36 618,54	36 618,54	36 618,54
	ECO2CIR			60 000,00	60 000,00	60 000,00	60 000,00
	POSEUR-76 - Recolha Seletiva	30 938,05	30 938,05	26 596,89	26 596,89	26 596,89	60 714,02
	POSEUR-89 - TMB	18 440,50	18 440,50	20 006,22	20 006,22	20 006,22	19 451,94
	POSEUR-146 - Inovação	40 877,64	40 877,64	88 018,79	88 018,79	88 018,79	148 617,91
	POSEUR-185 InovII	68 571,34	68 571,34	291 180,90	291 180,90	291 180,90	536 350,00
	POSEUR-264	159 611,02	159 611,02	309 222,92	309 222,92		
	POSEUR-268	285 459,36	285 459,36	437 523,49	437 523,49		
	POSEUR-289	1 059 045,00	1 059 045,00				
	SPV-2021	10 080,00	10 080,00				
	SECASOL			3 990,98	3 990,98	3 990,98	5 661,16
	Fidelidade	26 630,62	26 630,62				
	Seguro do agregado familiar	111,74	111,74	1 569,49	1 569,49	1 569,49	
	Subtotais	1 930 121,74	1 930 121,74	1 464 776,77	1 464 776,77	1 464 776,77	1 009 517,77
Totais	3 445 852,05	3 053 959,35	2 632 052,25	2 921 195,13	2 632 052,25	2 063 298,64	
Fornecedores	Conta corrente	337 385,46	337 385,46	359 646,30	359 646,30	359 646,30	205 294,12
	Subtotais	337 385,46	337 385,46	359 646,30	359 646,30	359 646,30	205 294,12
Financiamentos obtidos	Outros financiadores	930 435,87	930 435,87	1 065 779,88	1 065 779,88	1 065 779,88	1 196 042,37
	Subtotais	930 435,87	930 435,87	1 065 779,88	1 065 779,88	1 065 779,88	1 196 042,37
Outras contas a pagar	Clientes (saldos credores)	712,15	712,15	490,44	490,44	490,44	16 792,57
	Pessoal			805,07	805,07	805,07	372,70
	Fornecedores de investimentos	66 823,20	66 823,20	85 221,17	85 221,17	85 221,17	223 675,50
	Remunerações a liquidar	226 126,73	226 126,73	214 519,88	214 519,88	214 519,88	188 026,66
	Juros a liquidar	1 886,89	1 886,89	2 161,25	2 161,25	2 161,25	2 412,05
	Outros	61 754,74	61 754,74	103 115,79	103 115,79	103 115,79	127 912,60
	Taxa Gestão	932 912,71	932 912,71	643 064,54	643 064,54	643 064,54	543 148,71
	Correção Faturação	128 776,07	128 776,07	128 164,00	128 164,00	128 164,00	114 198,00
	Taxa Gestão - Não Repercutível			91 895,85	91 895,85		
	Taxa da Lei n.º 34/2015	393 983,22	393 983,22	393 504,91	393 504,91	393 504,91	392 282,87
	Caução - Empreitada GES CP 20/2018 - Tamesur	20 692,50	20 692,50	20 692,50	20 692,50	20 692,50	20 692,50
	Caução - Carros GES CP 19/2017 - Resitul			14 775,00	14 775,00	14 775,00	14 775,00
	Subtotais	1 833 668,21	1 833 668,21	1 698 410,40	1 698 410,40	1 698 410,40	1 644 289,16
Totais	3 101 489,54	3 101 489,54	3 123 836,58	3 123 836,58	3 123 836,58	3 045 625,65	

17.3. PERDAS POR IMPARIDADE EM ATIVOS FINANCEIROS

(valores expressos em euros)

Quantias das perdas por imparidade reconhecidas para cada uma das classes de ativos financeiros		Período 2021				Período 2020			
		Perdas por imparidade acumuladas no começo do período	Variações no período		Perdas por imparidade acumuladas no fim do período	Perdas por imparidade acumuladas no começo do período	Variações no período		Perdas por imparidade acumuladas no fim do período
			Aumentos	Reversões			Aumentos	Reversões	
Clientes	Conta Corrente	289 142,88	108 669,02	(5 919,20)	391 892,70	284 957,21	7 661,52	(3 475,85)	289 142,88
	Subtotais	289 142,88	108 669,02	(5 919,20)	391 892,70	284 957,21	7 661,52	(3 475,85)	289 142,88
Totais		289 142,88	108 669,02	(5 919,20)	391 892,70	284 957,21	7 661,52	(3 475,85)	289 142,88

17.4. QUANTIAS DAS DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

(valores expressos em euros)

Quantias das dívidas de cobrança duvidosa		31.12.2021			31.12.2020		
		Quantias brutas escrituradas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas escrituradas	Quantias brutas escrituradas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas escrituradas
	Há mais de seis meses e até doze meses	4 792,68	(4 792,68)		4 987,16	(4 987,16)	
	Há mais de doze meses e até dezoito meses	79 455,81	(79 455,81)		46 901,95	(46 901,95)	
	Há mais de dezoito meses e até vinte e quatro meses	18 718,46	(18 718,46)		574,18	(574,18)	
	Há mais de vinte e quatro meses	288 925,75	(288 925,75)		236 679,58	(236 679,58)	
	Subtotais	391 892,70	(391 892,70)		289 142,87	(289 142,87)	
Totais		391 892,70	(391 892,70)		289 142,87	(289 142,87)	

18. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS
18.1. NÚMERO MÉDIO DE EMPREGADOS DURANTE O PERÍODO E GASTOS COM PESSOAL

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários e isenção de horário de trabalho, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os gastos com o pessoal correspondem a:

18.2.1. PESSOAL AO SERVIÇO DA EMPRESA E HORAS TRABALHADAS

Pessoas ao serviço e horas trabalhadas		Período 2021				Período 2020			
		Número médio de pessoas		Número de horas trabalhadas		Número médio de pessoas		Número de horas trabalhadas	
		Remuneradas	Total	Remuneradas	Total	Remuneradas	Total	Remuneradas	Total
Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário	Tempo completo	103	103	163 304	163 304	102	102	164 151	164 151
	Totais	103	103	163 304	163 304	102	102	164 151	164 151
Pessoas ao serviço da empresa, por sexo	Homens	71	71	112 568	112 568	74	74	119 090	119 090
	Mulheres	32	32	50 736	50 736	28	28	45 061	45 061
	Totais	103	103	163 304	163 304	102	102	164 151	164 151

18.3. OS GASTOS COM O PESSOAL CORRESPONDEM A:

(valores expressos em euros)

Gastos com o pessoal	Período 2021	Período 2020
Remunerações dos órgãos sociais	294,00	1 176,00
Remunerações do pessoal	1 461 242,53	1 400 364,55
Indemnizações	1 373,14	805,32
Encargos sobre remunerações	314 323,12	300 128,73
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	35 451,59	53 985,72
Gastos de Ação social	25 235,02	25 549,96
Outros gastos com o pessoal	110 240,23	99 977,42
	1 948 159,63	1 881 987,70

19. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Não existem dívidas ao Estado em situação de mora.

Nos exercícios de 2021 e 2020 não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do artigo 397º do CSC, pelo que nada há a relatar quanto a negócios entre a sociedade e os seus Administradores.

Relativamente ao artigo 66º-A do CSC, a empresa informa que não existem quaisquer operações, comerciais ou financeiras, não incluídas no balanço e, bem assim como, que os honorários faturados no exercício de 2021 e 2020 são como se segue:

(valores expressos em euros)

	2021	2020
Revisão legal das contas	8 500,00	8 500,00

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

20.1. DETALHE DA RUBRICA DE «ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS»

(valores expressos em euros)

Detalhe da rubrica de «Estado e outros entes públicos»		31.12.2021			31.12.2020		
		Ativos	Passivos	Posição líquida	Ativos	Passivos	Posição líquida
Imposto sobre o rendimento	Imposto estimado		17 630,65	(17 630,65)		53 302,72	(53 302,72)
Retenção de impostos sobre rendimentos			10 742,93	(10 742,93)		10 270,45	(10 270,45)
Imposto sobre o valor acrescentado		183 953,88		183 953,88	106 338,82		106 338,82
Contribuições para a Segurança Social			35 662,24	(35 662,24)		32 884,55	(32 884,55)
Outras tributações			477,30	(477,30)		395,53	(395,53)
Totais		183 953,88	64 513,12	119 440,76	106 338,82	96 853,25	9 485,57

20.2. DETALHE DA RUBRICA DE «DIFERIMENTOS ATIVOS E PASSIVOS»

(valores expressos em euros)

Gastos a reconhecer	Período 2021	Período 2020	Rendimentos a reconhecer	Período 2021	Período 2020
Seguros	97 116,83	145.410,69	Incumprimento Resitul		
Contrato Assistência Brabal		1.951,04	SECASOL		
Aluguer Máquinas Água	232,55	224,00	POSEUR-76 - Recolha Seletiva		
Alojamento servidor	341,17	327,27	POSEUR-119 - Sensibilização		5 064,75
Primavera	183,48	375,25	POSEUR-185 - Inov II	19 133,14	24 229,10
Assistência Algardata	1 276,36	903,58	POSEUR-264	46 495,00	93 500,00
Plataforma Contratação Pública	855,79	855,79	POSEUR-268	37 578,53	65 628,53
Stock Artigos Manutenção	219 820,72	193.789,31	POSEUR-289	1 500,00	
Diversos	4 411,91	3.154,51	SPV-2021	20 160,00	
			Diversos	4 563,02	4 537,62
	324 238,81	346.991,44		129 429,69	192 960,00

20.3. O DETALHE DOS GASTOS INCORRIDOS EM FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS É COMO SE SEGUE

(valores expressos em euros)

Fornecimentos e serviços externos		Período 2021	Período 2020
Subcontratos		58 349,43	38 084,96
Serviços especializados	Trabalhos especializados	167 674,13	233 406,22
	Publicidade e propaganda	76 969,18	23 423,17
	Vigilância e segurança	83 400,59	99 708,83
	Honorários	9 387,85	8 214,54
	Conservação e reparação	618 662,66	586 798,28
	Outros	2 282,49	11 106,10
	Totais	958 376,90	962 657,14
Materiais	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	11 978,87	14 491,48
	Livros e documentação técnica	99,06	99,06
	Material de escritório	8 928,66	6 923,16
	Outros	38 876,53	6 418,28
	Totais	59 883,12	27 931,98
Energia e fluidos	Eletricidade	142 266,37	114 760,09
	Combustíveis	399 545,48	373 321,80
	Água	1 520,93	2 682,31
	Outros	61 448,73	33 186,69
	Totais	604 781,51	523 950,89
Deslocações, estadas e transportes	Deslocações e estadas	1 369,25	442,80
	Transportes de pessoal	47,17	
	Outros	666,82	545,96
	Totais	2 083,24	988,76
Serviços diversos	Rendas e alugueres	9 583,95	1 654,51
	Comunicação	16 420,29	18 049,44
	Seguros	110 486,47	117 233,08
	Contencioso e notariado	294,00	549,00
	Despesas de representação	273,05	9,27
	Limpeza, higiene e conforto	19 320,83	15 551,06
	Outros serviços	1 050,00	3 505,88
	Totais	157 428,59	156 552,24
Totais	1 840 902,79	1 710 165,97	

20.4. O DETALHE DOS GASTOS INCORRIDOS EM “OUTROS GASTOS” E DOS RENDIMENTOS RECONHECIDOS EM “OUTROS RENDIMENTOS”, NA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS, É COMO SE SEGUE

(valores expressos em euros)

Outros rendimentos		Período 2021	Período 2020	Outros gastos		Período 2021	Período 2020
Rendimentos suplementares	Aluguer de equipamento			Impostos	Impostos indiretos	14 507,21	13 424,35
	Estudos, projetos e assistência tecnológica				Taxas	14 507,21	836 538,04
	Outros rendimentos suplementares		566,04		...		
	Totais		566,04		Totais	1 046 892,08	849 962,39
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	Alienações		993,20	Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	Alienações		
	Sinistros	11 987,50	4 956,49		Sinistros	7 906,05	
	Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	1 195,08	1 195,08		Gastos em propriedades		
	Totais	13 182,58	7 144,77		Totais	7 906,05	
Outros rendimentos e ganhos	Correções relativas a períodos anteriores	23 882,92	15 241,90	Outros gastos e perdas	Correções relativas a períodos anteriores	15 441,40	40 094,97
	Imputação de subsídios para investimentos	928 794,73	936 510,73		Donativos		3 020,00
	Outros não especificados	98 841,23	97 311,78		Quotizações	11 550,00	11 550,00
	Totais	1 051 518,88	1 049 064,41		Outros não especificados	125 722,16	123 363,79
					Totais	152 713,56	178 028,76
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	Juros obtidos	2 283,40	3 482,75				
	Outros rendimentos similares	1 586,40					
	Totais	3 869,80	3 482,75				
Totais	1 068 571,26	1 060 257,97	Totais	1 207 511,69	1 027 991,15		

20.5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Gesamb apresenta um resultado líquido do exercício de 388.149,44 €.

Nos termos das disposições estatutárias, a Gesamb deverá constituir, com carácter obrigatório, a Reserva geral nunca inferior a 10% do resultado líquido do exercício, a Reserva para investimento, no valor de 5% deste resultado.

O Órgão de Gestão propõe, assim, a seguinte aplicação de resultados para o resultado líquido de 388.149,44 €, obtido no exercício:

Reserva Legal	39 000,00
Outras Reservas	
Para Investimento	20 000,00
Para outros fins	21 649,44
Distribuição aos sócios	307 500,00
CIMAC	184 500,00
Biosmart	123 000,00

21. GARANTIAS

A Gesamb mantém duas garantias bancárias desde 28/04/2017, nos montantes de 129.149,54 € e 129.500,00 €, destinadas a garantir o integral cumprimento das obrigações assumidas perante a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo na sequência da emissão das licenças de exploração das células A a D e E do aterro. Mantém ainda, desde a mesma data, dois depósitos a prazo nos mesmos montantes das garantias, apresentados como garantia perante o banco emissor (Banco Comercial Português, S.A.).

Mantém ainda um depósito a prazo junto do Novo Banco, desde 01/07/2012, no montante de 5.000.00 €, reservado como fundo de garantia ambiental.

No período de 2019, a entidade Tamesur prestou uma caução em forma de depósito no montante de 20.692,50, destinado a dar garantia às obrigações assumidas no âmbito do contrato GES CP 20/2018 – “Fornecimento e instalação de equipamento com vista à Ampliação da cabine de volumosos e alimentação dos refugos em semirreboques da central de tratamento mecânico e biológico dos Sistemas AMCAL, GESAMB e RESIALENTEJO, em Évora”.

Ainda no período de 2019, a entidade Resitul prestou uma caução em forma de depósito no montante 14.775,00 €, destinado a dar garantia às obrigações assumidas no âmbito do contrato GES CP 19/2017 – “Fornecimento de duas viaturas pesadas para recolha seletiva”, valor devolvido em 2021.

A Administração _____

O Contabilista Certificado _____



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **GESAMB – Gestão Ambiental e de Resíduos, E.I.M.**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 22.053.832,86 euros e um total de capital próprio de 13.400.597,51 euros, incluindo um resultado líquido de 388.149,44 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **GESAMB – Gestão Ambiental e de Resíduos, E.I.M.** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Évora, 28 de abril de 2022

Rosário, Graça & Associados, SROC, Lda.,
representada por

Andreia Isabel Inácio Teles
(ROC n.º 1503 – CMVM n.º20161113)